

CPI - ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DA SAÚDE

12.06.2018

AUDIOTEXT SERVIÇOS E CIA. LTDA. - ME**CPI - ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DA SAÚDE****12.06.2018**

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – Bom dia a todos e a todas. Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Ato de número 17, de 2018, com a finalidade de apurar denúncias de irregularidades dos contratos celebrados com as organizações sociais de saúde pelas prefeituras e pelo Governo do Estado.

Registro com muita alegria a presença dos nobres deputados: Fernando Capez; Carlos Neder; Edmir Chedid; Barros Munhoz; Ricardo Madalena; Carlão Pignatari; José Américo. Temos quórum. Solicito a secretária a leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. CARLOS NEDER LULA – PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – Pela ordem, deputado Carlos Neder.

O SR. - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS NEDER LULA – PT – Regimentalmente, peço a dispensa da leitura da Ata.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – É regimental a solicitação de V. Exa. e fica aprovada a Ata da reunião anterior. Quero registrar a presença do deputado Davi Zaia. Pela ordem, nobre deputado Barros Munhoz.

O SR. BARROS MUNHOZ – PSB – Sr. Presidente, eu pensei que já tivesse entrado na pauta. Desculpe.

O SR. FERNANDO CAPEZ – PSDB - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – Pela ordem, nobre deputado Fernando Capez.

O SR. FERNANDO CAPEZ – PSDB - Tendendo a orientação do meu partido que solicitou prazo para estudar e instruir os requerimentos que se seguem, solicito vistas dos seguintes itens da pauta...

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – ... Entramos na Ordem do Dia, então. O nobre deputado Fernando Capez deseja vistas do item...

O SR. FERNANDO CAPEZ – PSDB - ... Para que o PSDB possa analisar e instruir os requerimentos dos itens: um, dois, três, cinco, seis e oito.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – Excelência, o item um me informa a Assessoria que V. Exa. e o PSDB não podem solicitar mais vistas em função de outros membros já terem solicitado.

O SR. CARLÃO PIGNATARI – PSDB - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – Pela ordem, nobre deputado Carlão Pignatari.

O SR. CARLÃO PIGNATARI – PSDB - Temos de fazer uma questão de ordem, porque isso daqui cada um nas últimas regras das CPIs poderia pedir vistas enquanto tivesse um membro diferente aqui.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – Excelência, me informa a Assessoria...

O SR. BARROS MUNHOZ – PSB – ... Pela ordem, Presidente...

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – ... Pela ordem, nobre deputado Barros Munhoz.

O SR. BARROS MUNHOZ – PSB – Eu solicito vistas dos itens: um, dois, três e cinco.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – Já ficam concedidas vistas ao nobre deputado Barros Munhoz. Existe, nobre deputado Carlão Pignatari, já uma decisão da Mesa e uma questão de ordem respondida em outra CPI que apenas as vistas serão concedidas aos deputados mesmo que membros substitutos ou não efetivos. Mas, com um número determinado de vagas na CPI. O PSDB já solicitou vistas. Mas, nós levamos em consideração se o senhor desejar uma nova questão de ordem, iremos avaliar isso.

O SR. CARLÃO PIGNATARI – PSDB - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – Pela ordem, deputado.

O SR. CARLÃO PIGNATARI – PSDB - A regra está sendo alterada nesta CPI. Até hoje não foi assim, se quiser ser assim daqui para frente será essa a regra, não há problemas. Mas, não é assim que funciona até hoje, então para que serve um membro suplente? Para nada? Se ele não pode questionar e participar, não consigo entender, então não foi assim que foi até hoje. Vou fazer uma questão de ordem, protocolar na Comissão ou nas Comissões para que a Presidência possa responder esse item. Para que possamos dirimir dúvidas, porque não podemos ter dois pesos e duas medidas, até hoje não é assim, inclusive nas Comissões.

O SR. BARROS MUNHOZ – PSB – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – Pela ordem, nobre deputado Barros Munhoz.

O SR. BARROS MUNHOZ – PSB – Eu queria, pedindo licença pela brincadeira, mas imitando a um amigo meu, eu me confundi quando eu pedi... Ele falava assim, quando pedi as vistas do item cinco, na verdade, é o item um, dois e três.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – Pois não, Excelência, então ficam retiradas as vistas do item cinco, pelo nobre deputado Barros Munhoz. Vamos encaminhar para que o senhor protocole, nobre deputado Carlão Pignatari, a sua questão de ordem com muita alegria. Pela ordem, nobre deputado Davi Zaia.

O SR. DAVI ZAIA- PPS – Solicito vistas do item quatro.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – É regimental a solicitação de V. Exa. e ficam concedidas as vistas do item número quatro.

O SR. CARLOS NEDER LULA – PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – Pela ordem, nobre deputado Carlos Neder.

O SR. CARLOS NEDER LULA – PT – Sr. Presidente, se entendi bem, o deputado Fernando Capez está substituindo o deputado Marco Vinholi, formalmente, é isso?

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – Exato, Excelência.

O SR. CARLOS NEDER LULA – PT – Portanto, ele fez a solicitação dessas vistas em nome da liderança do PSDB. Ele fez uma referência ao PSDB e entendi que a liderança é o deputado Marco Vinholi, e, está sendo substituída...

O SR. - ... Ele é o membro do PSDB substituto hoje. Ele pode pedir vistas para estudar o requerimento que ele tem interesse.

O SR. CARLOS NEDER LULA – PT – Sim, é uma prerrogativa...

O SR. - ... Uma prerrogativa do deputado, senão vamos diminuir as prerrogativas dos deputados daqui na Assembleia Legislativa, eu estou dizendo isso...

O SR. CARLOS NEDER LULA – PT – ... Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – Está com a palavra o deputado Neder.

O SR. CARLOS NEDER LULA – PT – Não estou questionando o direito do deputado Fernando Capez, apenas quis entender se ele estava formalmente substituindo o líder do PSDB, o deputado Marco Vinholi e se era nessa condição em que ele havia solicitado vistas para a análise dos requerimentos. Por outro lado, o deputado Barros Munhoz faz o pedido também se entendi bem, de alguns dos itens, simultaneamente ao deputado Fernando Capez, é isso?

O SR. BARROS MUNHOZ – PSB – Eu tinha definido quando li, o item um e dois. Depois acrescentei o três. E por ele ter pedido o cinco, eu achei que também seria o caso, mas depois verificando melhor constatei que o cinco não.

O SR. CARLOS NEDER LULA – PT – Mas, V. Exa. pediu do um, dois e três. É isso? Então, Sr. Presidente, eu gostaria que V. Exa. nos informasse direito quais são os itens que restauram na pauta.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – Restaram, V. Exa. o item número cinco... O Fernando Capez também solicitou...

O SR. FERNANDO CAPEZ – PSDB - ... Quatro, sete e nove, pelo que eu anotei aqui.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – Davi Zaia também solicitou do item quatro. Então temos a votação do item número cinco...

O SR. FERNANDO CAPEZ – PSDB - ... Não, sete e nove.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – Capez solicitou vistas do item cinco?

O SR. FERNANDO CAPEZ – PSDB - Sim.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – Ok, Excelência. Temos na pauta o item número sete e nove. Os outros itens foram solicitados vistas pelos nobres deputados. Dando continuidade aos trabalhos. Item número sete: Requerimento de 24 de maio de 2018, do Deputado Carlos Neder, nº 66, de 2018, que requer seja convocada a Sra. Renata Gomes dos Santos, advogada lotada na Secretaria de Estado da Saúde que atua, segundo portfólio, no ramo de Contratações de Organizações Sociais, a fim de que a convocada compareça à CPI para prestar esclarecimentos e trazer informações detalhadas sobre sua atuação junto à Secretaria de Estado da Saúde enquanto nomeada em cargo público, em correlação com sua atuação na advocacia privada.

Em discussão...

O SR. CARLOS NEDER LULA – PT – ... Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – Pela ordem, nobre deputado Carlos Neder.

O SR. CARLOS NEDER LULA – PT – O item quatro ele não restou na pauta, é isso?

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – Não, o nobre deputado Davi Zaia solicitou vistas, Excelência.

O SR. CARLOS NEDER LULA – PT – O deputado Davi Zaia pediu, é claro.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – Dando continuidade, não havendo oradores para discutir. Em votação. Os senhores deputados que forem aprovam o requerimento nº 66, de 2018, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado. O item número nove: Requerimento de 23 de maio de 2018, do Deputado Carlos Neder Requerimento, nº 63, de 2018, que solicita que...

O SR. DAVI ZAIA- PPS – ... Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – Pois não, Excelência, nobre deputado Davi Zaia.

O SR. DAVI ZAIA- PPS – Queria solicitar vistas do item nove.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – É regimental a solicitação de V. Exa. e ficam concedidas as vistas do item número nove. Esgotada a pauta de requerimentos...

O SR. CARLOS NEDER LULA – PT – ... Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – Pela ordem, nobre Carlos Neder.

O SR. CARLOS NEDER LULA – PT – Presidente, o item nove trata da possibilidade de nós interrompermos o trabalho ou não...

O SR. - ... Exatamente...

O SR. CARLOS NEDER LULA – PT – ... Da CPI durante o recesso de julho.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – Exato.

O SR. CARLOS NEDER LULA – PT – Eu pergunto a V. Exa. na medida em que nos aproximamos perigosamente do dia 01 de julho se nós iremos abordar esse item ainda antes do recesso parlamentar.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – Vamos, tão logo recebamos o requerimento com as vistas e iremos colocar em discussão novamente, Excelência.

O SR. CARLOS NEDER LULA – PT – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – Pela ordem.

O SR. - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – Deputado Carlos Neder, pela ordem, e depois o deputado...

O SR. CARLOS NEDER LULA – PT – ... Praticamente todos os itens que foram objeto de pedidos de vistas são de minha autoria, eu fiquei responsável por fazer a sub relatoria da capital. Pergunto a V. Exa. se isso já tinha sido uma questão levantada pelo deputado José Américo, e se a Presidência tem a prerrogativa de fazer convites e de eventualmente convocações, ou se necessariamente isso deve sempre passar pelo pleno da CPI.

Porque tem solicitações minhas que já em três ou quatro sessões não são colocadas em votação regimental e o direito é o pedido de vistas. Mas, eu pergunto se V. Exa. tem a prerrogativa de fazer convites.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – Me informa à Assessoria que não, Excelência. Tenho que submeter ao Plenário.

O SR. FERNANDO CAPEZ – PSDB - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – Pela ordem, nobre deputado Capez.

O SR. FERNANDO CAPEZ – PSDB – Apenas para registrar aqui a presença da professora e Dra. Lídia Valério Marzagão, autora da obra “Direito Administrativo Sancionador”, que acompanha a realização dos nossos trabalhos. E que é esposa do Dr. Laerte Marzagão que foi chefe da Assessoria Policial Civil aqui nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – Vamos registrar a presença com muita alegria, nobre deputado Fernando Capez. É uma honra essa Casa recebe-los. Quero registrar a presença do nobre deputado Cezinha de Madureira. Dando continuidade aos trabalhos, nós temos hoje a informação Srs. Deputados, de quem

representa o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, nessa CPI no dia de hoje é o Sr. Gustavo Pereira.

O SR. CARLOS NEDER LULA – PT – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – Pela ordem, nobre deputado Carlos Neder.

O SR. CARLOS NEDER LULA – PT – O Tribunal de Contas do município também está presente ou não?

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – Não, ninguém se apresentou até o momento. Eu pergunto aos presentes se alguém é o representante do Tribunal de Contas do município. Não, Excelência, ninguém registrou a presença. Item número dois, proceder às seguintes oitivas: Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira, Diretor Presidente da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina e do Dr. Antonio Mendes de Freitas, Presidente da Cruzada Bandeirante São Camilo Assistência Médico-Social.

Dou conhecimento aos senhores deputados que o Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira se faz acompanhar de um advogado, o Dr. Anderson Viar Ferraresi, e, também de Juliana Annunziato Campione também advogada com escritório em São Paulo. Ele também veio acompanhado de dois assessores para que o auxiliem nas respostas as perguntas aos senhores deputados. O Dr. Mário Silva Monteiro, e, o Dr. Nacime Salomão Mansur.

Quero chamar o Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira para que tome assento ao meu lado direito, desde já agradeço a sua presença. Os assessores e o advogado depoente, por favor tomem assento também. Agradecemos a presença do Diretor e Presidente da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina que participa dessa CPI. Nós queremos agradecer a sua presença e da sua assessoria. Vamos dar de cinco a dez minutos no máximo para que o senhor possa fazer uma explanação do que é a OS e qual sua função, quais os problemas encontrados e se o senhor tem algo a sugerir a essa CPI.

Logo em seguida vamos entrar nos questionamentos dos senhores deputados, as inscrições já estão abertas com a Secretaria dos trabalhos. Vamos tentar fazer hoje um

trabalho conjunto para que possamos ouvir ao outro depoente ainda, e parece que bancadas partidárias hoje se reúnem para tomar decisões importantes. Foi comunicado aqui, e então se pudermos ser concisos nas perguntas, rápidos e objetos para que todos os deputados possam fazer os seus questionamentos, e, que o Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira possa fazer as suas respostas.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA – PSD - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – Pela ordem, nobre deputado Cezinha de Madureira.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA – PSD - Bom dia a V. Exa. e a todos sejam todos muito bem-vindos a essa CPI. Indo de encontro ao que V. Exa. disse e acaba de falar, até proponho que óbvio que haverá contestações, as réplicas, etcetera, mas, que todos os deputados fizessem suas perguntas e depois voltassem todos os questionamentos de uma vez.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – Excelência, eu pergunto ao Plenário se poderíamos fazer de três em três deputados. Os três deputados questionam, o nosso convidado responde e partimos para mais três deputados, e, depois alguma dúvida faremos ao final para que possamos agilizar ao final. Todos estão de acordo? Então, ótimo. Passo desde já a palavra ao Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira, muito obrigado pela sua presença.

O SR. RONALDO RAMOS LARANJEIRA – Muito obrigado, bom dia a todos. Para mim é um prazer e uma honra estar presente nessa CPI, eu vou tentar fazer dois históricos que se confundem, um do que é a história da SPDM, e um pouco do histórico pessoal de porque eu, um psiquiatra sou presidente de uma das maiores OS que temos no Brasil.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – Se o senhor me permite um minuto. Eu cometi uma falha aqui e não registrei a presença do querido deputado e amigo, companheiro, Presidente do PSDB, médico, Pedro Tobias. Desculpe nobre

deputado. E, também registrar a presença do nobre deputado Marco Vinholi. Devolvo a palavra a Vossa Excelência.

O SR. RONALDO RAMOS LARANJEIRA – Obrigado. Dando continuidade. Mas, ontem, por exemplo, a Escola Paulista de Medicina fez 85 anos. Foi uma das festas mais bonitas que eu já participei nesse período todo, mais de quatro ou cinco mil médicos de todas as turmas apareceram na Vila Clementina em um clima de conagração, muito significativo. Isso dá um pouco da ideia do que foi a Escola Paulista de Medicina. Quando ela foi fundada em 1933, o Estado de São Paulo estava saindo da guerra de 1932.

Um grupo de médicos ousados se reuniu para criar a SPDM e ao mesmo tempo criar o primeiro hospital escola especialmente direcionado para o ensino médio, que foi o Hospital de São Paulo. Essas três instituições, a Escola Paulista de Medicina, o Hospital São Paulo e a SPDM, se entrelaçam ao longo de 85 anos. E é importante ressaltarmos que na origem, no DNA, dessas instituições que eu estou falando hoje como Presidente da SPDM começou com uma ousadia muito grande se imaginarmos que em 1932 criou-se a Escola Paulista de Medicina.

Paulista no nome não é um detalhe, assim como não é um detalhe que esse prédio se chama Nove de Julho. Então, construíram um hospital com doações, estamos falando em um período que era anterior ao SUS e as organizações sociais, no Hospital São Paulo teve um perfil benemerente desde sempre. Nós, já entrei há 42 anos na Escola Paulista de Medicina e naquele período tratávamos de indigentes, fazendo convênios com vários tipos, da prefeitura, do Estado para atender as pessoas vulneráveis, e eu lembro que no começo, quando eu era estudante de medicina, discutíamos todas as terças-feiras com o Orlando Villas-Bôas, e com o professor Baruzzi, que foi um emérito professor titular na Escola Paulista de Medicina sob a saúde indígena.

Não é à toa que hoje a SPDM é responsável por um terço da saúde indígena no Brasil, no Mato Grosso e Pará. A SPDM que se organiza de uma forma muito complexa para cuidar da população indígena nos mais afastados rincões do Brasil. Então é com muito orgulho que temos um perfil institucional absolutamente cuidador. Não de hoje. Foi aí que começamos, a partir de 1956, a Escola de Medicina foi federalizada.

Mas, o Hospital São Paulo e a SPDM continuaram com as características deles, como uma instituição privada, filantrópica, e que ela se mantém até hoje. Isso foi na década de 1950, 1960, estamos falando tudo isso antes do SUS, já fazíamos essa

filantropia na cidade de São Paulo. Fomos desenvolvendo a Escola de Medicina através dos seus docentes, desenvolvendo o melhor que a medicina tinha a oferecer para a população vulnerável. Não é à toa que hoje muitas das atividades de medicina complexa e feitas em toda a rede da SPDM são exatamente para a população que não tem acesso a atividades complexas de medicina.

O Hospital de São Paulo, por exemplo, tem 200 ambulatórios de especialidades atendendo ao SUS, é difícil de imaginar um médico e quantos tipos de especialidade se tem. Houve um crescimento e uma diversificação muito grande. Quando eu era residente na Escola Paulista de Medicina se tinha 100 residentes. Hoje o Hospital de São Paulo tem mais de mil residentes. A SPDM como um todo tem mais de dois mil residentes. Então houve um crescimento significativo que começou a gestão Erundina em São Paulo quando ofereceu que nós da SPDM iríamos cuidar do hospital da Vila Maria, chamado de “vermelhinho”.

A partir daí a SPDM saiu não só no Hospital São Paulo, ou na saúde indígena e passamos a administrar hospitais e serviços de saúde e que é o que viemos fazendo até hoje. Foi por essa combinação da parte acadêmica e da busca da gestão de qualidade, que aprendemos essa gestão através dessas experiências, é que ampliamos sobremaneira o nosso escopo enquanto instituição. É por isso que hoje temos uma instituição com 45 mil funcionários espalhados por vários contratos que existem no Estado de São Paulo, como eu falei, em vários estados na saúde indígena, são 45 mil pessoas e funcionárias, o que mais ou menos dá 300 mil pessoas que vivem diretamente desses contratos que a SPDM faz com os contratos de gestão.

O ponto importante que a grande maioria das nossas ações médicas são baseadas em contratos de gestão, quer seja com o estado ou com vários municípios. Nós temos a oportunidade de receber convites de Santas Casas do interior que queiram participar da nossa rede assistencial. Chamo de rede assistencial e de rede acadêmico assistencial, que são praticamente todos os serviços que temos e oferecemos uma parte de treinamento. É por isso que hoje temos esses dois mil residentes, mais de 15 mil alunos que de alguma forma, e que estão aprendendo nessa rede acadêmico assistencial.

É isso que de alguma forma é a SPDM, que acaba produzindo 12 milhões de consultas por ano. Poucas instituições vão ter 12 milhões de consultas por ano, mais de 125 milhões de exames laboratoriais feitos. O que é importante falar sobre a SPDM, é que a sua estrutura organizacional, são os professores titulares, por isso que eu como

como psiquiatra tenho esse privilégio de hoje ser o diretor e presidente da SPDM, o que me antecedeu era um oftalmologista, e o anterior um ortopedista.

Fazemos parte dessas assembleias de associados que são todos os professores titulares que abaixo deles se tem um conselho administrativo e que tem pessoas da comunidade e alguns outros professores titulares. Eu e o Dr. Gaspar, eu sou presidente dessa organização. Então a organização é muito forte na questão do histórico da nossa instituição, por isso que eu peço desculpas por ter me alongado um pouco, mas, para deixar claro que tipo de organização nós somos. 85 anos fazendo filantropia na área da saúde. E desenvolvemos graças a esse esforço conjunto da academia e técnicas de governança hospitalar que somos muito orgulhosos.

Então temos desde os cuidados primários de saúde até o hospital que faz séries de transplantes ao SUS. Temos associações e hospitais que são associados a SPDM. Essa é ela, os professores titulares que são muito responsáveis pela característica da instituição. Falando brevemente sobre a minha pessoa, eu sou psiquiatra, e desde que eu entrei há 40 anos na Escola Paulista de Medicina eu me interessei pela área de álcool e drogas.

A primeira coisa que eu fiz com uma professora que estudava a ingestão de álcool e drogas. Estudei, fui para a Inglaterra, fiz meu doutorado e voltei para cá. Continuei produzindo ciência e produzi ciência, como tenho mais de 180 artigos científicos publicados internacionalmente e dos quais eu me muito me orgulho. Mas, depois e logo que eu cheguei, comecei a me interessar pelas políticas públicas. A primeira política pública da qual eu participei foi quando na cidade de São Paulo estava querendo-se não deixar que fumassem em restaurantes.

Isso agora já é uma coisa passada, mas na época era uma coisa absolutamente contenciosa, e com um debate social intenso. A segunda política pública que eu participei e da qual eu muito me orgulho foi quando fecharam os bares em Diadema pelo prefeito José Felipe Júnior, e, que eu ofereci a parte científica da avaliação daquela política em Diadema, e, até hoje o artigo que eu publiquei cientificamente que foi o mais citado e que eu viajei mais o mundo todo e o próprio prefeito e a secretária de assuntos de segurança, a Dra. Regina, que viajou mostrando o impacto daquela política de fechamento dos bares em Diadema.

Depois, agora cinco anos atrás, estou auxiliando ao Governo Estadual com o programa “Recomeço”. Eu tenho a função da discussão científica desse programa. Além da minha atividade como psiquiatra e professor, no meu período do dia como professor

eu me sinto responsável e participante dos rumos das políticas nessa área de álcool e drogas, e, é por isso que algumas pessoas acabam estranhando que eu com esse background, e, essa atividade de psiquiatra esteja à frente da SPDM.

É uma coincidência que todos os professores titulares da Escola Paulista de Medicina vão estar sentados nessa cadeira. De alguma forma eu represento a todos os professores titulares que estão no comando da SPDM, e é isso que nos dá muito orgulho que ela seja tão imbricada com a Escola Paulista de Medicina, e, com o Hospital de São Paulo. Eu espero que eu tenha dado a ideia geral de porque estamos aqui, mas, do que significamos. Eu tinha falado ao senhor sobre um dos hospitais que surgiu da própria SPDM, da Escola Paulista de Medicina, o Hospital do Rim, por exemplo, que o Dr. Medina está aqui e que é o hospital que mais faz transplantes no mundo do SUS.

Então para nós é um orgulho que não faz parte da SPDM, ela é uma fundação... Mil transplantes. Então, são produtos e se tem vários bons exemplos, mas o Hospital do Rim talvez seja o nosso melhor exemplo de instituições que sairão do Hospital de São Paulo, e da SPDM, seguindo essa mesma lógica, combinar o rigor científico, o detalhe da gestão, e, o Medina ele sábado e domingo está vendo se tem alguma coisa fora do lugar para que o serviço público de qualidade seja oferecido a população.

No Brasil estamos em um país de grandes contrastes sociais já sabemos. Mas, na área da saúde, em alguns lugares e principalmente no Estado de São Paulo, esse gap entre o mais pobre e o mais rico tem condições de ser menos largo, exatamente por uma série de iniciativas que podem atender a pessoa mais pobre e que vai entrar no Hospital do Rim e que vai ter o seu transplante feito igual a uma pessoa nos hospitais privados do Estado de São Paulo.

Esse é o nosso orgulho em poder fazer isso a população mais vulnerável de dar o melhor científico e de gestão para essa população.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – Muito obrigado. Agradecemos a sua exposição Dr. Ronaldo, nós íamos ler o currículo do senhor, mas não tem como, são 13 páginas...

O SR. JOSÉ AMÉRICO LULA DA SILVA – PT - ... Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – Frente e verso. Pela ordem, nobre deputado.

O SR. JOSÉ AMÉRICO LULA DA SILVA – PT - Sr. Presidente, eu vou ter que ausentar porque tenho uma audiência pública que foi pedida por mim na Câmara Municipal, com meus penduricalhos passados, e queria dizer e acrescentar ao currículo do Dr. Ronaldo, que ele foi meu médico para que eu deixasse de fumar. É um grande médico e que se tornou um amigo, uma pessoa extraordinária como médico. Eu fumava quatro maços por dia de cigarro, e, o senhor também?

E o Dr. Ronaldo foi um médico fundamental e até faz o acompanhamento até hoje, porque o grau de ansiedade de um ex-fumante com quatro maços de cigarro é um negócio devastador. Eu queria acrescentar ao currículo dele, lá embaixo. Eu e o Pedro Tobias, eu vou ter que deixar e desejar boa sorte ao Dr. Ronaldo que é uma pessoa e um grande médico, quero desejar boa sorte.

Essa CPI, Dr. Ronaldo, é apenas para esclarecer as coisas, nós chegarmos a um final com as coisas esclarecidas, precisadas e termos normas mais claras para os funcionamentos das OS. Porque hoje o que deu para vermos é que não se tem regras praticamente de funcionamento e a coisa ficou absolutamente solta. Se tem situações aonde se tem OSS que não tem tabela de preços de remédios.

Não aplicam o preço de remédios. Tivemos o caso, semana passada, que ouvimos uma que contrata empresas de médicos para a prestar serviços, e, que é aquela ligada ao sindicato da construção civil, e essas empresas, quatro delas estão em um único endereço, e então são coisas assim. Mas, queria desejar muito boa sorte ao senhor, e que é um prazer tê-lo aqui entre nós. Teremos na CPI oportunidades de ter outras conversas e outras vindas do senhor e de outras pessoas da sua organização social.

Um super abraço, e muito obrigado Sr. Presidente.

O SR. CARLOS NEDER LULA – PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – Obrigado deputado José Américo. Pela ordem, nobre deputado Carlos Neder.

O SR. CARLOS NEDER LULA – PT – Sr. Presidente, temos uma sistemática aprovada entre nós que o autor dos requerimentos tenha a possibilidade de fazer as perguntas iniciais. Ambos os requerimentos de hoje foram apresentados pelo deputado Cássio Navarro que é o relator dessa CPI, entretanto, Sua Excelência, o deputado não

está presente. Eu pergunto a V. Exa. se ele deixou algumas perguntas que justifiquem o porquê do convite feito a SPDM, e também a outra OS.

Ou, se eventualmente ainda há a possibilidade de o autor do requerimento comparecer a essa sessão.

O SR. MARCO VINHOLI – PSDB - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – Pela ordem, nobre deputado Marco Vinholi.

O SR. MARCO VINHOLI – PSDB - Respondendo ao nobre deputado Carlos Neder, deixou sim, temos uma série de questionamentos a SPDM, acredito que o Carlão também tem alguns questionamentos deixados pelo relator. Eu não sei se é a minha vez já.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – Não, Excelência, estava inscrito o deputado Carlão Pignatari...

O SR. CARLOS NEDER LULA – PT – ... Pela ordem...

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – ... E, em seguida o deputado Marco Vinholi.

O SR. CARLOS NEDER LULA – PT – Deputado Vinholi...

O SR. MARCO VINHOLI – PSDB - ... Eu o farei em minha vez.

O SR. CARLOS NEDER LULA – PT – Voltou a vaga do deputado Capez, é isso?

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – Voltou, Excelência.

O SR. CARLOS NEDER LULA – PT – Portanto, o deputado Capez veio e fez os requerimentos de vistas e voltou ao titular.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – Exato, Excelência. O deputado Cássio Navarro passou um pouco antes do início da sessão, deve ter acontecido algum problema em que ele precisou se retirar, então eu já passo a palavra ao deputado Carlão Pignatari e posteriormente ao deputado Marco Vinholi. São os dois inscritos. Quero agradecer já a presença do Dr. Antonio Mendes de Freitas, Presidente da Cruzada Bandeirantes de São Camilo, Assistência Médica e Social, que está presente aqui desde o início da sessão. Passo a palavra ao nobre deputado Carlão Pignatari.

O SR. CARLÃO PIGNATARI – PSDB – Obrigado, Presidente. Quero cumprimentar ao Dr. Ronaldo Laranjeira, esse grande especialista de álcool e fumo. Eu sou fumante e não posso nem o ver direito, que fico conversação, que não tem quem aguente essa história de parar de fumar. Mas, nós temos que nós...

O SR. - ... Tem o testemunho de um grande amigo que foi atendido por ele...

O SR. CARLÃO PIGNATARI – PSDB – ... Tem um monte de gente...

O SR. - ... Eu faço votos que o senhor seja atendido por ele.

O SR. CARLÃO PIGNATARI – PSDB – Mas, eu gostaria, doutor... Sabemos de todo o histórico da Escola Paulista de Medicina, do grande valor e serviço prestado à comunidade médica, não só brasileira, mas, mundial, enfim, temos um respeito enorme de falar sobre ela, e a Faculdade de Medicina de São Paulo que é um orgulho de todos nós. Tenho uma filha que é médica e fez faculdade pública, sabemos da grande capacidade de ensinamento que se tem todas as instituições públicas de São Paulo. É por isso que eu acho que São Paulo é o grande desenvolvimento do Brasil, passa por São Paulo e pelas grandes universidades que se tem, principalmente as três, USP, Unesp e Unicamp que são sempre um avante de todos os procedimentos.

Mas, são muito práticas as minhas perguntas, e, para que possamos... Se o senhor não tiver as informações eu gostaria que pudesse nos informar administrativamente sobre isso. Primeiro eu gostaria que nos informasse sobre o sistema de contratação da OS. É por procedimento médico, consultas, enfim, então quantos por cento desse valor total que a SPDM recebe de prestação de serviços, quanto é de

consultas, quanto é de exames, e quanto vai para a administração e para a gestão dessas 45 mil pessoas.

Segundo, o senhor dizendo da filantropia que a própria a SPDM faz e que a própria faculdade paulista, se esses procedimentos de consultas são vinculados a tabela do Sistema Único de Saúde, ou não. Terceiro, o sistema de controle como é feito? Estamos tentando aprovar uma lei inclusive do Deputado Pedro Tobias para que tenhamos um controle maior das nossas organizações sociais. Olhando no site da SPDM, eu gostaria de uma pergunta, existe um teto salarial para os profissionais que trabalham prestando serviço na SPDM? Se vai no teto do governador, se existe esse sistema de controle pela SPDM, por que ela não divulga na transparência já que são recursos públicos ou públicos municipais ou federais, ou estadual, e a relação de cargos e salários das pessoas que prestam serviços a SPDM e que prestam serviços à comunidade, porque é um dinheiro público que tem que ter o controle externo da população, que é essa a coisa que mais temos.

Aqui na Assembleia Legislativa se tem o cargo e salário, vai no Governo de São Paulo e no Tribunal de Contas, enfim, tem muito pouco no Ministério Público e no Judiciário. Mas, os outros órgãos temos porque isso, pelo menos eu não achei em nenhum lugar aonde poderíamos ficar. E os gestores? São remunerados para fazer ou apenas são remuneradas as pessoas que prestam um serviço efetivo de atendimento ao paciente que tem algum tipo de retorno financeiro desse estabelecimento.

Eu não sou contra, eu acho que se deve ter, mas se isso está. Então, Presidente, são apenas essas as perguntas e se o Dr. Laranjeira tiver a informação, assim que for a hora responda e se não tiver que nos mande por correspondência a essa Comissão. Muito obrigado e parabéns pelo grande trabalho que é feito dentro desse hospital.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – Muito obrigado, nobre deputado Carlão Pignatari. Já passo a palavra pela inscrição ao nobre deputado Marco Vinholi.

O SR. MARCO VINHOLI – PSDB – Muito bem, bom dia a todos e todas. Quero cumprimentar ao Dr. Ronaldo Laranjeira, que além de ter esse trabalho com a SPDM, o trabalho lá com o programa “Recomeço”, eu trabalhei no desenvolvimento social e sei o quão importante foi esse programa para cuidar dos dependentes químicos do Estado de São Paulo, e na minha região temos o pessoal que trabalha na cana e que

sofre muito com o crack, e esse programa “Recomeço” deu uma outra dinâmica ao tratamento de dependência química e, sobretudo, no interior do Estado, aonde não existia política voltada para isso.

Nós estamos em um momento importante da CPI, e, eu queria aqui cumprimentar ao deputado Cássio Navarro, não existia ter uma CPI de organizações sociais sem ter a SPDM, a que tem os maiores contratos em volume e com o Governo do Estado de São Paulo, e precursora desse movimento de organizações sociais, e então, a importância de tê-los aqui hoje para esclarecer a nós e termos essa CPI e a criarmos mecanismos de fiscalização de maior controle, sobretudo de melhora na qualidade do serviço prestado para a população.

Nós temos aqui depois de mais de 20 anos, semana passada eu acho que teve o evento comemorando isso, desse modelo de organizações sociais, e eu falava outro dia, me lembro de tantas cidades aonde se falava, “para ter um médico, eu não consigo ter um em minha cidade porque ele não pode receber mais que o prefeito”, o pagamento do salário do médico precisa ser feito através da OS, um modelo tantas vezes criticado, mas, que foi amadurecendo ao longo dos anos e pode constituir hoje, com certeza, a maior gama de serviços prestados em todo o Brasil no Estado de São Paulo.

Então, eu queria perguntar aos senhores, Sr. Laranjeira, primeiro, esse modelo que nós temos de relação com as organizações sociais e que é feito hoje no Estado de São Paulo, o que pode ser feito para ser aprimorado e que tenhamos uma maior fiscalização em torno disso? Essa CPI tem discutido muito os problemas na quarteirização e essa tem sido uma tônica dessa Comissão, que vemos muitas que a OS pega aquele contrato através da concorrência e depois contrata uma empresa para prestar o serviço.

E essa relação de quarteirização é que nos tem preocupado muito, eu queria perguntar o que pode ser feito quanto a isso e de que forma é feito. Também saiu uma notícia no jornal esses dias, eu acho que esse é um grande motivo de estarem hoje, para um esclarecimento. Eu estava lendo um pouco e para mim é uma questão importante de ser resolvida hoje. Um médico trabalha e ele é servidor público, trabalha no hospital do estado. Tendo em vista a dificuldade que nós temos muitas vezes de conseguir esses profissionais.

A importância de ter esses médicos trabalhando, ele que vai lá e presta serviço terceirizado em um outro local. Isso é permitido, não é? Deve ser regularizado? De que forma podemos fazer para essa CPI contribua para o Estado e que queremos ter mais

médicos, queremos ter esse atendimento, agora esse servidor trabalhando em outro hospital, isso é permitido? De que forma a SPDM trata isso, e, o que essa CPI pode fazer não só para fiscalizar esse tipo de quarteirização, mas, para avançar na legislação para que o principal possa acontecer.

Se o trabalho é feito através de concorrência, de forma séria e o profissional é necessário para aquela população, de que forma isso pode ser regularizado?

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – Muito bem, eu agradeço aos questionamentos do deputado Marco Vinholi. E, não temos mais deputados inscritos. Existe alguém que deseja se inscrever?

O SR. CARLOS NEDER LULA – PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – Pela ordem, nobre deputado Carlos Neder.

O SR. CARLOS NEDER LULA – PT – Presidente, eu quero cumprimentar ao Dr. Ronaldo Laranjeira, e em nome dele e de toda a diretoria da SPDM, da Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – Deputado, só para constar na Ata, já registro o senhor, é isso? O senhor está fazendo o uso da palavra?

O SR. CARLOS NEDER LULA – PT – Eu entendi que...

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – ... O senhor pediu pela ordem, e eu que não entendi. Então, o senhor é o terceiro inscrito.

O SR. CARLOS NEDER LULA – PT – Sim

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – Muito obrigado.

O SR. CARLOS NEDER LULA – PT – Senão pareceria que não há interesse dos deputados em fazerem a oitiva.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – Ok, Excelência, muito obrigado. Tem a palavra.

O SR. CARLOS NEDER LULA – PT – Quando o Presidente do Tribunal de Contas do Estado esteve aqui na Assembleia Legislativa, ele apresentou uma análise com base na amostragem disponível no Tribunal de Contas do Estado e identificou 23 situações, pelo menos, não apropriadas com base na lei 846 de 1998 que é a que constituiu as organizações sociais no estado de São Paulo. Essa legislação já conta com uma experiência grande e que nos permite fazer uma avaliação da experiência, tanto é verdade que o senador José Serra apresentou no Senado Federal e foi aprovada recentemente em uma Comissão do Senado uma proposta de melhorar a fiscalização das organizações sociais, e, uma vez o que nós estamos ouvindo do Tribunal de Contas do Estado e também do Tribunal de Contas do Município não é diferente do que ouvimos no Tribunal de Contas da União.

Inclusive, Sr. Presidente, eu entendo e vou fazer a formalização desse pedido de que o Presidente do Tribunal de Contas da União também venha até essa CPI, uma vez que os recursos que são disponibilizados para as organizações sociais são do SUS, o que inclui também recursos da União. Além de recursos dos estados e dos municípios dependendo da modalidade de contrato. Sabemos que há estudos e inclusive relativos a SPDM no Tribunal de Contas da União.

Mais ou menos há quatro ou cinco anos eu propus uma CPI aqui na Assembleia Legislativa especificamente para investigar a SPDM, e, na ocasião eu fui chamado pela diretoria do Hospital São Paulo, pela reitoria, ponderando que não seria conveniente e buscando formas alternativas que não a instalação de uma CPI. Isso consta dos anais da Assembleia Legislativa. E o requerimento está disponível em “Diário Oficial do Estado”, e ele estava apoiado em um relatório de auditoria, Sr. Presidente, feito pelo Tribunal de Contas da União, e não há apenas um relatório de auditoria do Tribunal de Contas da União, há vários em relação a outras organizações sociais inclusive.

Porque na medida em que se envolvem recursos da União, cabe ao Tribunal de Contas fazer a fiscalização do uso desses recursos, não adentrando ao debate sobre os recursos que estão sob fiscalização dos Tribunais de Contas dos estados. Então 23 situações foram relatadas aqui e solicitamos então ao Presidente do Tribunal de Contas

do Estado que nos oferecesse detalhes sobre contratos firmados com o Governo do Estado de São Paulo e que justificariam essas situações inapropriadas e trazidas por ele.

Por exemplo, a questão de taxa de administração, a questão de remuneração de dirigentes, e, a falta de publicidade dos atos em desacordo com o acórdão do julgamento feito pelo Supremo Tribunal Federal no que se diz respeito à maneira como os ministros do Supremo entenderam a constitucionalidade da lei das OSS, obrigando que haja publicidade dos seus atos, transparência e, na ocasião inclusive o Presidente do Tribunal de Contas do Estado trouxe um documento que era uma recomendação e nós temos cópia aqui em mãos, para que as organizações sociais publicassem em seus portais as informações relativas aos contratos firmados, e, a modalidade de remuneração dos seus trabalhadores, inclusive no que se tange ao Corpo Diretivo, pergunta essa feita pelo deputado Carlão que trata exatamente de um tema recorrente aqui que é afinal de contas, os dirigentes recebem ou não valores pelo trabalho que fazem e ao mesmo tempo, porque não se dá publicidade a remuneração ainda que usando-se o subterfúgio de outros nomes que não a remuneração.

Também nos foi dito que a SPDM tem algo em torno de 45 mil trabalhadores e que os senhores chamam de colaboradores, mas que entendemos como trabalhadores que implicam com relações contratuais, trabalhistas, previdenciárias, sociais, e, não meramente colaboradores, sejam eles pessoas físicas ou pessoas jurídicas, que estamos vendo crescentemente sendo contratadas pelas organizações sociais para cumprir com uma tarefa que lhes foi delegada diretamente pelo Poder Público.

E há contratos e subcontratos, inclusive recentemente ouvimos um médico que tem uma empresa e, em que pese seja funcionário público estadual até recentemente ele prestava serviços para a SPDM em uma das unidades sob gestão da SPDM. E tão logo apreciou a denúncia ele pediu exoneração, entretanto, outros três ou quatro médicos da mesma empresa não agiram da mesma forma, continuam mantendo seus vínculos com a Secretaria do Estado e da Saúde, diferentemente do Sr. Fukusato, que é o médico que aqui esteve falando da sua empresa que é a SAM.

Eu estou situando a preocupação da CPI para que eu possa fazer algumas perguntas diretamente ao senhor. Uma organização social que tem 45 mil trabalhadores que prestam serviços em vários estados e municípios, e, que tem um hospital de grande porte terciário, que é o Hospital de São Paulo, e aqui ninguém confunda o Hospital de São Paulo como sendo um hospital da Unifesp. Ele é um hospital da SPDM e que cumpre com um papel de hospital de ensino junto a Unifesp.

Portanto, nos momentos em que a Assembleia Legislativa se mobilizou para discutir a situação financeira, orçamentária, do Hospital São Paulo ela estava dialogando com o Dr. José Roberto Ferraro na condição de diretor do Hospital e vinculado que é a SPDM. Vamos afastar qualquer ilusão de que estamos falando que o Hospital São Paulo é um hospital público federal, ele é um hospital particular, e, até mesmo no início da sua fala o senhor reconheceu que enquanto a Escola Paulista de Medicina foi federalizada formando a Unifesp, o Hospital de São Paulo permaneceu privado e vinculado a SPDM.

E essa Assembleia Legislativa em vários momentos agiu no sentido de buscar recursos federais e estaduais para esse hospital vinculado a SPDM. Então quais são as questões que eu gostaria de levantar? Primeiro o Tribunal de Contas informou que 28 bilhões de reais foram destinados as OS pelo Governo do Estado de São Paulo nos últimos cinco anos, e, que a SPDM ficou com algo em torno de seis bilhões. Sem contar os contratos que mantém com o município de São Paulo ou com outras prefeituras, ou outros governos do estado.

A primeira pergunta é se a SPDM cobra alguma taxa de administração para gerir esses recursos da ordem de seis bilhões nos últimos cinco anos disponibilizados pelo Tesouro Estadual e segundo, a SPDM aplica no mercado financeiro parte desses recursos recebidos da Secretaria do Estado e da Saúde. Terceiro, Sr. Presidente, é importante que a SPDM nos ofereça a relação dos estados e municípios em que ela atua hoje, quais são os equipamentos de saúde, ou outras funções a nível de sistema e subsistema da saúde, por ela administrados.

Quarto, quais são as modalidades de contratos daqueles que V.S.^a chamam de colaboradores e que nós chamamos de trabalhadores da saúde. O quinto, tem sido colocada aqui uma responsabilidade no Conselho Regional de Medicina como se coubesse ao órgão de representação da categoria médica a responsabilidade pela fiscalização das pessoas jurídicas subcontratadas pelas organizações sociais. Eu inclusive propus, Sr. Presidente, deve ser votada em alguma próxima sessão se pedirem vistas, a vinda do Presidente do Conselho Regional de Medicina.

Porque vários foram os depoimentos dizendo que não cabe a Secretaria do Estado da Saúde, e que não cabe à OS, fazer a fiscalização se essas empresas médicas contratadas na forma de pessoas jurídicas, e se elas têm expertise, se elas têm quadro de pessoal adequado. Se elas têm instalação de acordo com as exigências da vigilância

sanitária, e, se elas têm de fato condição de assumir um serviço que foi delegado à OS, e não uma empresa contratada ou subcontratada.

Por exemplo, essa empresa SAM que veio com esse médico, em algum momento ela foi fiscalizada pela SPDM na medida em que o contrato foi firmado com a SPDM? Apenas a título de exemplo porque poderíamos citar várias outras empresas com profissionais da Secretaria do Estado e da Saúde, e algumas delas funcionando em terreno baldio e que tem referência como sendo a sua sede em um terreno baldio. Outras tem como referência o apartamento do médico aonde ele já não reside.

Ou uma extensão do consultório médico. Por exemplo, esse médico que aqui veio, o primeiro endereço era a casa dele. Depois o endereço foi a empresa dele de assistência médica e que tem um puxadinho e ele ofereceu uma sala para essa empresa que presta serviços à SPDM e ao hospital. Uma outra questão, nós recentemente vimos pela imprensa um belo trabalho investigativo feito por um órgão de imprensa com o seguinte título, “organização gastou 18 milhões com terceirizadas e tem servidores como sócios”, “SPDM é entidade privada que mais recebe do governo paulista para administrar hospitais e AMES”.

E aqui diz o seguinte, que um dos lugares em que o problema foi detectado foi em Guarulhos. A SPDM ela entre outros está em Guarulhos, e, está no Hospital de Pedreira em São Paulo, que fizemos uma fiscalização. Está no Hospital Pirajussara. Está no Hospital Brigadeiro. E também, por exemplo, na AME de Caraguatatuba. Lá na AME de Caraguatatuba, nós temos uma informação controversa...

O SR. - Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – Pela ordem.

O SR. - Só para dar uma colaboração ao companheiro que está um pouco aflito, mas com tranquilidade o Dr. Ronaldo vai ter a oportunidade e os senhores também.

O SR. - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – Pela ordem, nobre deputado.

O SR. - Eu gostaria de pedir que o deputado Carlos Neder que formulasse a pergunta efetivamente, existe ou não existe, para que possamos andar e ouvirmos ao outro, a outra OS. Porque já tivemos uma aula de como é e agora faríamos a pergunta efetiva, é isso, não é isso? Para que possamos...

O SR. CARLOS NEDER LULA – PT – ... Exatamente...

O SR. - ... É lógico que é um direito que o senhor tem de fazer da maneira que o senhor achar, mesmo o senhor reclamando que nós pedimos vistas ou não, não tirando o direito...

O SR. CARLOS NEDER LULA – PT – ... Eu sei que incomoda...

O SR. - ... Não me incomoda nada.

O SR. CARLOS NEDER LULA – PT – Incomoda lembrar certos assuntos, certos aspectos da CPI.

O SR. - Não incomoda nada.

O SR. CARLOS NEDER LULA – PT – Mas, eles são fundamentais.

O SR. - Não incomoda nada, eu acho que nós temos que ter...

O SR. CARLOS NEDER LULA – PT – ... Para que o depoente possa...

O SR. - ... A pergunta para que nós determinemos para que eles possam responder.

O SR. CARLOS NEDER LULA – PT – Justamente, ele vai responder. Eu gostaria apenas de entender uma questão e é uma prerrogativa que eu tenho sobre a Sociedade Assistencial Bandeirantes. Ela foi qualificada como organização social e cumpriu com esse papel até 2010. A partir desse ano, ela que era responsável, por exemplo, pelo Hospital Glória que atendia ao SUS e ao Hospital Bandeirantes que tinha

filantropia e passou a ser um hospital privado e lucrativo com a denominação de Leforte, e, manteve estranhamente a filantropia, conseguirá ela fazendo atendimentos como OS.

Deixaram de ser OS e mantiveram a filantropia em um hospital privado lucrativo. Então, eu gostaria concretamente e perguntando se na AME de Caraguatatuba houve algum tipo de participação da Associação Paulista de Desenvolvimento da Medicina, e, sucedendo essa Sociedade Assistencial Bandeirantes, é uma pergunta direta e clara, nada que exija muito mais do que se possa ser dito agora. Nós temos um Fórum das OS...

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – ... Deputado, só para consignar...

O SR. CARLOS NEDER LULA – PT – ... Que não confunde com a entidade que virá em seguida...

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – ... Consignar...

O SR. CARLOS NEDER LULA – PT – ... Embora seja um Bandeirante.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – Só para consignar a presença do vice-presidente dessa Comissão de Finanças e Orçamentos, o nobre deputado Wellington Moura. Devolvo a palavra a Vossa Excelência.

O SR. CARLOS NEDER LULA – PT – Sr. Presidente, temos o Fórum das OSS. Não sei se V. Exa. tem conhecimento. E acho que em algum momento teremos de ouvir ao Fórum das OSS. Por que foi necessário constituir um Fórum das OSS? Uma vez que nós temos uma preocupação com determinadas práticas no mercado em que formaram cartéis e que se combinam determinadas modalidades de participação. Há também o IBROSS – Instituto Brasileiro das Organizações Sociais de Saúde.

O SR. BARROS MUNHOZ – PSB - Pela ordem, Sr. Presidente. Com todo o respeito ao deputado Neder...

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – ... Pela ordem, deputado Barros Munhoz...

O SR. BARROS MUNHOZ – PSB - ... Todos temos horários rígidos e a preocupação de estarmos na Comissão, dar número e quórum. Ficamos preocupados, porque tem mais um depoente para ser ouvido e não há limite de tempo para cada...

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – ... Dez minutos, Excelência.

O SR. BARROS MUNHOZ – PSB - Eu acho que já ultrapassamos em 100%, eu peço ao deputado Neder, com todo o respeito, acho seu trabalho brilhante, mas que o senhor torne mais conciso senão não ratificando ao deputado Carlão Pignatari, mas, concordando plenamente com ele, mas, muita coisa está sendo repetida. Vamos objetivamente para o bom andamento da Comissão, não é para breçar qualquer tipo de pergunta ou colocação, eu faço isso o respeitando profundamente o trabalho do nobre deputado Neder.

O SR. CARLOS NEDER LULA – PT – Sem o a par de V. Exa. eu já teria terminado, porque na verdade eu estava na última questão, que é a respeito de qual é a participação da SPDM tanto no Fórum das Organizações Sociais, como no IBROSS, e porque razão esses dois organismos foram criados. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – Muito obrigado, nobre deputado. Passo a palavra então ao Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira. Para que responda aos questionamentos dos três deputados.

O SR. RONALDO RAMOS LARANJEIRA – Vou fazer o melhor possível porque são muitas perguntas, mas eu tenho o compromisso absoluto de enviar o que não responder. Estamos com uma equipe para podermos responder a todas as perguntas, mas, da minha parte farei um resumo, porque são mais de 20 perguntas, e o que faltar nós temos esse compromisso de mandarmos por escrito. Na primeira parte, do nobre deputado Carlão Pignatari, quer dizer, eu acho que é importante entender que as organizações sociais elas são regidas pelo contrato de gestão.

O contrato de gestão quer seja vindo da Secretaria Estadual da Saúde ou dos municípios, é esse contrato que vai reger as ações, não somos uma terceirização do serviço público. O serviço continua público, o prédio é do governo, os aparelhos são do governo. É tudo do governo, o que as organizações sociais fazem através do contrato de gestão é fazer a gestão. Não existe taxa administrativa, é proibido por lei, esse é um dos motivos que esse modelo de organização social está talvez em crise, porque é difícil para uma organização não se ter taxa administrativa. Por lei não temos.

Temos um rateio econômico, por exemplo, na SPDM, como temos muitas unidades em que se tem um rateio para as despesas centrais, como a contabilidade, o setor jurídico, outros setores que fazem parte para todas as unidades. Porque se cada unidade tiver de contratar um setor jurídico, contábil e tudo o mais, vai ficar muito mais caro. Então é por isso que para a SPDM a vantagem é de fazer a atividade em escala. Para se ter uma escala grande se tem um centro administrativo que tem os advogados, os contabilistas, temos uma série de recursos. É importante saber, porque cada contrato de gestão ele tem uma conta bancária única, um CNPJ único.

Não tem transação de dinheiro da medicina indígena do Pará com o Hospital de São Paulo, não existe essa possibilidade. Porque cada contrato de gestão tem sua conta e seu CNPJ, que a Secretaria de Saúde recebe mensalmente o extrato dessa conta. Eu acho que é importante ter esse conceito de que não existe, porque já apareceu em alguns outros setores aqui na saúde do Estado de São Paulo, e não se tem trânsito de dinheiro entre contratos.

Se sobra dinheiro ou se falta é em cada contrato. E o Estado vai estar lá monitorando cada um desses contratos, esse conceito tem um balanço financeiro de cada contrato.

O SR. - Pela ordem, Sr. Presidente, só para colaborar, mas a pergunta que eu fiz é a seguinte: essa gestão, os serviços administrativos que existem mesmo não tendo taxas, qual é o percentual que fica para consulta, para executar o exame para esse tipo de serviço. Era só isso.

O SR. RONALDO RAMOS LARANJEIRA – Se tem em um geral e se formos ver, isso o próprio contrato de gestão tem o quanto vamos gastar com pessoal, de cabeça é 70% do dinheiro que se fala em seis milhões da SPDM, o contrato rege que 70% seja gasto com pessoal. Gasto desde a pessoa que lava o chão até o diretor da

unidade. Todo o gestor ganha. No caso, o contrato de gestão é absolutamente profissionalizado, que não ganha naquele contrato. Quem não ganha são os professores titulares que ganham como professores titulares.

Mas, na gestão da operação se tem ganhos. É importante saber que essa diferença de contrato de gestão, porque, por exemplo, é diferente no Hospital de São Paulo que é um contrato SUS. Que é por isso que é um hospital que sofre mais, que contrato do SUS os senhores sabem como é a tabela para um hospital complexo. No ano passado o...

O SR. - ... O terciário ainda é melhor um pouco.

O SR. RONALDO RAMOS LARANJEIRA – O Governo Federal deixou de injetar 40 milhões no Hospital São Paulo, ele tirou do Hospital de São Paulo. É por isso que os senhores viram várias reportagens sobre o Hospital São Paulo. 40 milhões que era do Rehuf e que não foi dado ao Hospital São Paulo. Então é por isso que dizemos que São Paulo sofreu muito. Mas, não tiramos dinheiro de locais, e, somos até criticados diante de nossos pares. Como é que a SPDM tem tantos contratos e o Hospital São Paulo sofre tanto. Porque dentro da lógica, cada caso é um caso.

Outra pergunta do nobre deputado Carlão Pignatari é falar, os gestores são remunerados, é preço de mercado e de cada unidade. Por que não divulgamos a relação de cargos e salários? Essa é uma disputa jurídica importante, porque a pessoa ter o seu salário divulgado publicamente é uma coisa complicada. Não tem uma lei que obrigue, é a Constituição Federal que indica que a pessoa tem direito a sua privacidade financeira, então já discutimos esse assunto inúmeras vezes com nossos advogados, e, o consenso que acabamos chegando e que era melhor e quando se pergunta, por exemplo, vai se ter um funcionário trabalhando na Cracolândia que ganha cinco mil reais, e, sai no “Diário Oficial”.

É um risco para ele. As pessoas vão saber o dinheiro que ele ganha. Então foi por isso que ao longo de muitos meses de debates a decisão que chegamos baseada no direito, principalmente na Constituição Federal que tem um artigo que fala a respeito da proteção do sigilo bancário, posso usar as palavras não absolutamente perfeitas, mas esse é o conceito. E não é isso ao meu modo de ver que vai controlar. Eu acho que a forma do sistema de controle como acontece hoje recebemos vários tipos de controles.

Todos os nossos hospitais recebem a Secretaria Estadual da Saúde, ou a Secretaria Municipal, recebemos o Tribunal de Contas do Estado que essas situações de que o TCE ressonou, é algo que regularmente é feito. Ele visita as unidades, mas, nunca tivemos as nossas contas reprovadas. Em 85 anos, todos esses contratos que temos, mais de 50 contratos de gestão, nunca tivemos as nossas contas reprovadas pelo Tribunal de Contas da União e do Estado.

Nós achamos que o Tribunal de Contas presta um serviço fenomenal no aprimoramento dos controles. Então, essa sobreposição de controle financeiro que a Secretaria exerce nos controles de gestão, Tribunal de Contas, nós mesmos temos que pôr contrato termos uma auditoria independente para cada serviço de saúde que nós temos. Então, sinceramente não é por falta de controle que temos. Pode se aprimorar esses controles, temos para as organizações sociais terem um controle e eles serem cristalinos, é a melhor coisa que podemos querer. Porque é isso que vai dar sustentabilidade ao modelo de contrato de gestão.

Por exemplo, outros estados já estão fazendo isso, Goiás teve uma nova lei no estado que aprimora os controles, e, a aprimora a lei das OSS que tem 20 anos. É lógico que ela precisa ser aprimorada. Eu não teria condições de indicar todos os detalhes que essa lei pode ser aprimorada. Passando agora para o restante.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – Pois não, o senhor se apresente por gentileza.

O SR. ANDERSON FERRAREZI - Bom dia a todos. Meu nome é Anderson Ferrarezi, eu sou advogado. Estou aqui representando a SPDM, o Dr. Ronaldo, e eu gostaria só de esclarecer, Dr. Carlos, a questão dos conselheiros que não são remunerados. A remuneração se dá através da diretoria da unidade e os seus funcionários. Com relação ao rateio é necessário esclarecer qual é a diferenciação da taxa administrativa, ela que é tida como um pagamento para a entidade. Isso não ocorre com a SPDM, ela não recebe pagamentos...

O SR. – ... Em momento algum eu tratei sobre taxas administrativas, o que eu gostaria...

O SR. ANDERSON FERRAREZI - ... Desculpa, é que ele falou...

O SR. – ... De ter uma informação era só o seguinte, vai um milhão de reais, quanto é que vai em consultas, e, em exames e quanto vai de serviços de terceiros, não são dos funcionários que estão ali alocados. Porque os funcionários estão ali para fazer consultas e atendimentos. Eu estou dizendo do serviço de terceiros, contabilidade, serviços de prestação de limpeza, é isso que eu preciso e gostaria de saber se houvesse essa informação de taxa de administração estamos cansados de saber que não é possível.

Eu acho errado, e se tem um hospital que presta um serviço e que ele poderia ter sim e ser remunerado para dar um suporte financeiro na tabela do Sistema Único de Saúde que depois de 2002 veio piorando ano a ano nos repasses do SUS para todos os repasses filantrópicos. Eu não sou contra isso. Mas, não pode.

O que eu gostaria de saber é o seguinte, se pega um, quanto é que vai realmente para o atendimento do usuário e quanto vai para a prestação de serviços. Era isso que eu gostaria de saber.

O SR. – Deputado, posso?

O SR. CARLOS NEDER LULA – PT – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – Pois não, nobre deputado Carlos Neder.

O SR. CARLOS NEDER LULA – PT – O professor Nacime que nos conhecemos há bastante tempo foi apresentado salvo melhor juízo por V. Exa. como sendo um assessor, eu gostaria de saber exatamente qual é o cargo ocupado pelo Dr. Nacime tanto na SPDM como no IBROSS.

O SR. NACIME MANSUR – Com prazer... Sr. Nacime, até conheço o Sr. Deputado há 40 anos de vida pública, não sou parlamentar, mas... Cangaíba, o senhor lembrou, eu não queria. Até lá estamos atendendo sábado e estarei lá gratuitamente a população em um compromisso firmado com essa população pobre há mais de 40 anos e que eu me orgulho muito.

Eu quero dizer, deputado, que, primeiro eu sou o coordenador das instituições afiliadas, da SPDM, e como bem falou o nosso Presidente, ela se organiza por CNPJ,

cada contrato é um CNPJ exclusivo, conta bancária única, e a prestação de contas se dá em cada CNPJ por essa conta bancária com extrato bancário que vai para o Tribunal de Contas e para a Secretaria, como foi falado não trânsito no dinheiro, a execução orçamentária se dá em cada unidade.

Quem executa orçamentariamente são os diretores e superintendentes de cada unidade, os diretores técnicos, clínicos e etcetera. A execução se dá lá deputado e isso faz com que dentro do contrato de gestão, deputado Carlão Pignatari estamos especificados do quanto o estado aloca de recursos para as atividades ambulatoriais, as atividades cirúrgicas e de internação. Ele compõe o orçamento lastreado nessa expectativa do que ele espera daquele hospital.

Ele espera mil internações e ele aloca uma quantidade de recursos e está explicitado claramente e transparentemente, colocado para cada contrato de gestão. A sua pergunta é de quanto é o custo desse arcabouço interno que se dá para a prestação de serviços. Isso varia de 5% a 7% e um pouco mais desse montante, em que se tem lá as áreas administrativas, se tem limpeza, segurança, disso tudo, ao total vai se chegar em uns 13% ou 14% de um contrato de gestão.

Limpeza, segurança, lavanderia, alimentação, tudo que compõem essa área chamada de administrativa e que é gasta dentro do contrato de gestão, não é possível que se tenha internação sem se ter evidentemente um serviço de nutrição que faça a alimentação, isso compõem em torno disso. Posso aprimorar essa informação e me comprometo, e acho que o Dr. Ronaldo se compromete a encaminhar para o senhor.

Quero dizer ao Dr. Carlos Neder primeiro que permita, porque não temos nada a ver, absolutamente nada a ver com a AME de Caraguatatuba. Não sei porque essa questão foi trazida aqui e não temos nada a ver com a sociedade, nenhuma relação nem formal e nem informal. Eu sou hoje o vice-presidente do IBROSS. Nós montamos 20 entidades que o senhor está dando com um caráter e eu estou lhe dando outra característica, são 20 entidades nacionais de expressão como o Sírio, o Einstein, a SPDM, e o Oswaldo Cruz, IMIP em Pernambuco, Cruzada Pró-infância, São Camilo, pessoal de Goiás, o Agir.

Não me lembro todas, mas são 20 entidades. Nós limitamos, porque o objetivo principal do IBROSS é melhorar o modelo, é fazer sugestões sobre ele, aqui foi perguntado ao deputado Marco Vinholi como se aprimora esse modelo, e temos sugestões e estamos fazendo dentro do IBROSS o mecanismo de um selo de

certificação de que aquela unidade e entidade tem uma conformação e idoneidade para prestar serviço para o Poder Público.

Então só estamos querendo separar e isso está claramente explicitado, o joio do trigo, infelizmente tem instituições que não são idôneas e que estão em jornais causando toda uma série de confusão e de distúrbios de gasto público. Então o IBROSS tem essa função. Ele não entra na negociação de contratos, na formatação e não é uma OS, não vai pegar contrato nenhum, ele só congrega experiências, benchmarks e experiências positivas.

Se tem o “Viva o Rio”, que sobe os morros do Rio de Janeiro fazendo um trabalho belíssimo e se tem experiências do interior de Pernambuco, são entidades do terceiro setor sérias e produtivas que estão para isso. Então hoje eu sou o vice-presidente do IBROSS e com muita honra fui eleito e tenho trabalhado não no sentido de fazer qualquer lobby, mas, no sentido de se preservar esse modelo que entendemos que é produtivo para a sociedade.

O SR. CARLOS NEDER LULA – PT – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu apenas gostaria de pedir ao Dr. Nacime, que então nos ofereça quais são as 20 OSS que compõem porque no site temos como associados o SECONCI e o ISGH, Instituto de Saúde e Gestão Hospitalar.

O SR. NACIME MANSUR – Compõem, claramente.

O SR. CARLOS NEDER LULA – PT – Sim, mas eu gostaria que depois V. Exa. ofereça ao Presidente da CPI a relação das 20 OS consideradas idôneas, dentre outras, porque também estamos tentando compreender com a atuação das inidôneas. Então como essas foram selecionadas porque tem expertise e um histórico que justifique a sua atuação no IBROSS, é importante que saibamos quais são elas.

O SR. NACIME MANSUR – Pois não, deputado eu me comprometo a trazer e mais. Essas entidades todas que passarão pelo crivo da certificação. Se eventualmente alguma não for certificada haja visto a formação, seu histórico ou qualquer problema, ela será descredenciada do IBROSS.

O SR. RONALDO RAMOS LARANJEIRA – Eu acho que falasse muito de quanto a SPDM recebeu dos órgãos públicos, quer seja do Governo do Estado e chega a esses valores de bilhões, mas às vezes o que não fica muito claro é o quanto de isenção fiscal que o fato de ser uma organização social nós trazemos para o contrato de gestão, como ele é feito com uma organização social, e que somos isentos de vários impostos, o custo já cai uma barbaridade.

Por ano a SPDM poupa para o governo paulista e o povo de São Paulo cerca de 90 milhões, 900 milhões de isenção fiscal que só do período de 2008 a 2017, foram sete bilhões e 800, temos esses dados, vamos entregar direitinho, está nos nossos balanços, mas às vezes precisa olhar um pouco mais as vantagens do modelo de organização social para a saúde como um todo. Como se o Estado fosse para uma privada, ou eventualmente o próprio estado teria gasto na assistência da SPDM, mas, daí de quase oito bilhões nesse período de nove anos.

Agora voltando ao que o nobre deputado Marco Vinholi tinha perguntado e eu agradeceria a ele a menção ao meu trabalho no programa “Recomeço” e o impacto que ele teve e que está tendo dentro do Estado de São Paulo. O programa “Recomeço” buscou divulgar e ter uma maior penetração não só na capital de São Paulo, caso ele fique um pouco mais formação, mas em 24 municípios que temos ações bem organizadas do programa “Recomeço”.

O acesso ao trabalho mais complexo, para os casos mais complexos melhorou muito nesses cinco anos do programa “Recomeço” e eu me sinto orgulhoso de ter feito parte de todas as pessoas e esse sistema peado no estado de São Paulo que é um orgulho para o Estado de São Paulo. Nenhum estado no Brasil tem um programa tão estruturado e com um orçamento definido, com processos de tratamento, com orientação para um sistema de orientação familiar.

Para que o sistema de orientação a grávidas que usam drogas. Nós detectamos que 30% das mulheres que vivem nas ruas de São Paulo tem sífilis. Imediatamente o programa “Recomeço” desenvolveu... Sífilis, com 42 anos de medicina...

O SR. – ... Pela ordem, Sr. Presidente, estamos derivando da SPDM...

O SR. RONALDO RAMOS LARANJEIRA – ... Não, eu estou em uma das perguntas no item. Rapidinho, só para terminar em respeito ao deputado Marco Vinholi. Eu acho que ele perguntou sobre a quarteirização. Eu acho que no meu modo de ver tem

uma certa... Isso tem de ser explicado bem. O contrato de gestão não é uma terceirização, então, portanto, não pode se existir a quarteirização.

Na realidade o próprio Tribunal considera o contrato de gestão como um tipo de convênio entre o sistema público, o prédio que é público, todo o imobiliário e aparelhos, tudo isso, e que é feito pela gestão, se faz pelas organizações sociais.

O SR. – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – Pela ordem, nobre deputado.

O SR. – O relatório de contas, slide número 26, “quarteirização de atividades fins da entidade gerenciada agravada por subcontratações efetuadas pelas empresas contratadas”. Portanto, V. S^a. está falando que o Tribunal de Contas está usando um termo que não é apropriado e está em desacordo com a legislação, é isso?

O SR. – Não, deputado...

O SR. – ... Dr. Nacime, por favor, pode responder...

O SR. NACIME MANSUR – ... Se o senhor pegar o acórdão do Tribunal de Contas União, o TC-023410, que eu posso lhe transmitir, tem aqui: “as organizações sociais, por integrarem o Terceiro Setor, não fazem parte do conceito constitucional de Administração Pública, razão pela qual não se submetem, em suas contratações com terceiros, ao dever de licitar, o que consistiria em quebra da lógica de flexibilidade do setor privado, finalidade por detrás de todo o marco regulatório instituído pela Lei”.

“Os empregados das Organizações Sociais não são servidores públicos, mas sim empregados privados, por isso que sua remuneração não deve ter base em lei à Constituição Federal”. Primeiramente, 23 o item, “cumpre salientar que o STF deixou claro que os contratos de gestão com organizações têm a natureza de convênio, dada a harmonia de objetivos do estado e da entidade conveniada”. Portanto, não há de se falar de terceirização de serviços nessas parcerias, está aqui no Tribunal de Contas da União, que a terceirização quando o Estado contrata serviço diretamente da iniciativa privada, que os presta em nome próprio mediante remuneração prevista em contrato.

Como o senhor vai chamar o Tribunal de Contas da União, o ministro Bruno Dantas, ele pode esclarecer porque é do voto dele essa questão da terceirização. Nós entendemos deputado, que a forma como o médico vende o seu trabalho hoje é um fenômeno da categoria médica. O médico vende o seu trabalho...

O SR. – ... Fale no microfone, por favor.

O SR. NACIME MANSUR – Vende a sua força de trabalho e é um fenômeno da categoria. Não é que a entidade busca um objetivo para contratar o sujeito pela PJ. É que as organizações hoje dos médicos se fazem através de PJ, e tem processos excepcionais. Tem um processo dessa empresa que o senhor citou agora em que nós publicamos a contratação de pessoa física e não apareceu ninguém. Nós publicamos, porque como faz parte de uma das perguntas e da forma como se contrata, publicamos a contratação das empresas e fizemos um processo licitatório através de um pregão eletrônico, ou por concorrência, dependendo do valor em que se segue a Legislação e o regulamento de compras está publicado e aí as pessoas jurídicas se apresentam e estão vendendo essa força de trabalho.

Portanto, não está se terceirizando, está em uma forma só de contratação, é um fenômeno.

O SR. – Pela ordem, Presidente. Foi feita na ocasião uma pergunta e eu faço novamente a SPDM, se por ocasião do ato de contratação se os senhores têm a preocupação de perguntar se a pessoa mantém vínculos com a Secretaria do Estado e da Saúde dado que há claramente uma restrição por parte do estatuto do funcionário público.

O SR. RONALDO RAMOS LARANJEIRA – Eu agradeço essa oportunidade porque temos um manual de compliance. E lá está escrito que a pessoa assina e o próprio Sr. Michel Fukusato que veio a essa reunião esqueceu que ele tinha assinado a seis meses atrás, e eu vou passar ao Presidente que ele tinha assinado nosso manual de compliance e que não poderia ser servidor. Por ser o representante legal, a demais confirmo que nenhum executivo, diretor, sócio ou acionista, funcionário, agente de minha empresa é um funcionário público ou do governo. Assinado com firma reconhecida por esse senhor.

O SR. – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – Pela ordem, Excelência.

O SR. – Então o Dr. Michel Fukusato mentiu na CPI.

O SR. – Exatamente.

O SR. – Porque temos as notas taquigráficas, a gravação e ele afirmou peremptoriamente que não foi alertado e não tinha conhecimento dessa restrição. Esse documento é assinado com qual antecedência?

O SR. RONALDO RAMOS LARANJEIRA – 13 de dezembro de 2017.

Os senhores têm em mãos dos outros médicos que compõem a mesma empresa assinado esse documento?

O SR. RONALDO RAMOS LARANJEIRA – Em mãos não temos.

O SR. – Isso deve ser uma norma universal dos contratos, nós gostaríamos de receber dos demais médicos que constam dessa empresa sendo funcionários estaduais.

O SR. RONALDO RAMOS LARANJEIRA – Desculpa deputado, mas o senhor pode ter duas situações, uma que tem outros responsáveis pelas empresas que assinaram também, de outras empresas, não somos só nós, e que também tem firma reconhecida, se tem o responsável assinando e se comprometendo porque ele fala da empresa, ou se tem também os indivíduos assinando, todos recebem um manual de compliance, todos são treinados na linha de corrupção e treinamos 23 mil pessoas.

Todos que entram na instituição, seja um empregado celetista, um trabalhador, como o senhor prefere, ou seja ele um contratado por pessoas jurídicas ele assina e sabe do manual do compliance, o manual de integridade, recebe o manual de ética médica que posso lhe dar aqui, te entregar e o manual de conformidade administrativa que nós temos.

O SR. – Pela ordem, Sr. Presidente. Então o entendimento é que o sócio administrador que é o Dr. Michel, que se apresentou aqui nessa condição, e, inclusive que ele receberia valores e exerceria a sua função de anestesista em uma quantidade menor de plantões, em relação aos seus colegas da empresa exatamente porque ele cumpria com um papel diferenciado, que era gerenciar a atuação dos colegas nessa empresa prestadora de serviços, a SPDM.

Então basta esse documento ser assinado por ele que eu suponho que tenha sido registrado em cartório na data em que ele está mencionado aqui e os demais médicos não teriam a necessidade de assumir esse compromisso de informar a SPDM no caso se mantém ou não o vínculo com o Governo do Estado. Basta o sócio administrador fazer isso. Pergunto, é isso?

O SR. – Posso esclarecer? Na verdade, esse é um anexo que compõem nosso manual e toda vez que o prestador assina o contrato ele tem que assinar esse contrato que nada mais faz do que ser uma adesão ao nosso manual e essa auto declaração de que não se tem na composição de sua empresa servidores públicos.

O SR. – Então quem assina o contrato é o sócio administrador, é isso, doutor? Diga no microfone, obrigado.

O SR. – Isso, e responde pela empresa.

O SR. RONALDO RAMOS LARANJEIRA – Dando continuidade e tentando ser o mais rápido possível, o que o deputado Carlos Neder falou a respeito do TCU e sobre Guarulhos e outras situações eu acho que nós, da SPDM, nunca fomos condenados em nada e em nenhum desses processos. Eu acho que o pessoal em Guarulhos, nós nunca fomos condenados. Isso nós fomos muito ciosos da nossa parte jurídica e da prestação de serviços.

O SR. NACIME MANSUR – Posso complementar?

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – Pois não, Dr. Nacime.

O SR. NACIME MANSUR – O TCU fez uma verificação bastante sofisticada no Ouro Verde, deputado. E o único que foi punido com uma multa foi o secretário municipal de saúde, o Dr. Saraiva porque não fazia repasses tempestivos a SPDM. Eu posso lhe encaminhar o acórdão depois. Posteriormente o Tribunal de Contas fez uma verificação no Vila Maria, e no Hospital Pimentas Bonsucesso em Guarulhos, e também não houve nenhuma imputação a SPDM. O que houve foi a imputação ao secretário municipal, o Dr. Carlos Derman, que o senhor conhece, e a secretária da época que era a Dra. Maria Aparecida por conta dos repasses intempestivos.

O TCU fez uma verificação bastante apropriada e sofisticada no sistema administrativos da SPDM. Não houve nenhuma imputação, graças a Deus, de improbidade ou de qualquer outra coisa. Tanto é que nesses 20 anos também aqui no Estado de São Paulo, estamos aprendendo com o TCE porque já se faz um trabalho realmente que eu acho que tem muito mérito. Fomos aprendendo e incorporando os apontamentos do Tribunal de Contas, as melhorias que se fazem necessárias, e, fomos aprendendo.

O Tribunal de Contas faz uma verificação orçamentária, bastante sofisticada a respeito da execução orçamentária com extrato bancário e auxiliação bancária, e agora mais recentemente vem fazendo um trabalho que eu acho que esse é um aprimoramento que é importante a CPI no sentido de ver o resultado da ação daquele contrato de gestão.

O SR. - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. NACIME MANSUR – Porque eles vão...

O SR. - ... Sr. Presidente, eu apresentei um pedido de CPI e ele veio fundamentado no relatório do Tribunal de Contas da União, e, eu peço a V. Exa. que a assessoria da CPI levante o requerimento que consta de processos na Assembleia Legislativa na ocasião em que houve uma pressão muito grande vinda...

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – ... Já solicitei, Excelência...

O SR. - ... Da diretoria da Unifesp, inclusive daquele reitor que foi afastado e que é de domínio público, pelo uso indevido de recursos públicos, e é um relatório do

TCU que justificou o meu pedido de CPI e que eu peço que seja anexado aos autos dessa CPI.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – Pois não, Excelência. Concedido.

O SR. - A segunda questão, sem prejudicar a intervenção dos nossos colegas deputados, mas, o advogado quando se manifestou ele fez Sr. Presidente, uma diferenciação do que ele chamou se eu ouvi bem, dos conselheiros que não seriam remunerados em relação aos diretores de unidades e que, esse sim, seriam remunerados. Eu gostaria de saber se essa foi a nomenclatura utilizada pelo senhor.

O SR. - Pelo contrato de gestão.

O SR. - Exatamente, então eu gostaria de saber quem são os conselheiros e se existem conselheiros que não prestam serviço em diretorias de unidades, porque se todos não sendo conselheiros recebem como conselheiros, mas tem algum tipo de papel na direção de uma unidade e que eles acabam recebendo pela unidade, então é apenas uma pergunta, quem são os conselheiros, se essa é a nomenclatura correta utilizada.

O SR. - Está em nosso site o conselho administrativo, as pessoas, nenhum deles presta serviço para a SPDM.

O SR. - Portanto, nenhum deles é remunerado.

O SR. - Zero. Da diretoria para cima é tido com toda a assembleia de associados da SPDM, que são todos os professores titulares, e ninguém recebe contrato com a SPDM.

O SR. - Só mais uma questão, Sr. Presidente, a imprensa trouxe várias denúncias relacionadas aos imóveis que ficam no entorno do Hospital São Paulo, e, vários deles seriam de propriedades particulares alugados, cedidos, atuando dentro do que seria a Unifesp. Eu inclusive quando fui secretário municipal da saúde, da prefeita Luzia

Erundina fui em estado a disponibilizar terrenos públicos para a expansão do Hospital São Paulo e da Unifesp.

Portanto, não tem nenhuma questão relacionada a não querer a evolução da Unifesp. A pergunta é simples, existem imóveis da SPDM e dos seus coordenadores, ou aqueles que estão na direção da SPDM e que estão alugados para o Hospital de São Paulo, para a SPDM e para a Unifesp, no entorno do Hospital de São Paulo ou não.

O SR. RONALDO RAMOS LARANJEIRA – Absolutamente não. O que existe na realidade são imóveis da SPDM estão há anos sem utilizados pela Unifesp. Se vê um prédio da Atlética, da Unifesp, que é da SPDM. E que está graciosamente ao lado da estação de metrô do Hospital de São Paulo um prédio valiosíssimo de vários. Então, a SPDM já doou terrenos perto da enfermagem de propriedade da SPDM. Então, eu acho que se tem uma coisa que nós da SPDM e está em nosso DNA. Nós estamos lá exatamente para isso, para darmos o que é possível e ofertar o que é possível para o crescimento do Hospital São Paulo e da Escola Paulista de Medicina.

Então eu me sinto bastante tranquilo em fazer isso. É importante fazermos essa distinção. O Hospital São Paulo é um hospital complexo de entendermos, porque muito embora ele seja um hospital de propriedade da SPDM, mas ele é gerido por um conselho gestor em que a reitora da Unifesp indica a maioria dos membros. Então é complexo, eu não teria tempo suficiente e não há interesse dessa CPI de entender a complexidade de uma instituição que evoluiu por 85 anos. Já que estamos aqui mais para falar das organizações sociais, mas, essa parte para mim é muito tranquila em que estamos aqui para o benefício da Escola Paulista de Medicina, é por isso que quando eu comecei a falar que ontem mesmo estivemos na festa com cinco mil ex-alunos da Escola Paulista de Medicina.

Ficamos todos muito emocionados em vermos esse histórico de formação de mais de cinco mil médicos ao longo desses cinco anos. Rapidamente quando o deputado Neder fala que aplica no mercado financeiro. A SPDM não tem ganho financeiro, o que pode acontecer é se o contrato de gestão obriga a proteger o dinheiro do contrato de gestão, mas esse é o dinheiro do governo que está sendo bem cuidado. E está sendo em cada unidade que vai estar lá mostrando se teve algum ganho financeiro que vai para o contrato.

Não sai do contrato, é uma responsabilidade com o dinheiro público se vai se fazer um planejamento de meses de não perder dinheiro. Isso acontece e esse conceito é

fundamental, cada contrato tem o seu CNPJ e a prestação de contas é de cada contrato. Então quisera eu que tivéssemos dinheiro para aplicar no mercado financeiro e que não tem, não somos e não nos beneficiamos do mercado financeiro. Infelizmente. O deputado também perguntou aonde atuamos fora, e eu vou dar a lista porque isso muda regularmente, e como Presidente eu não poderia omitir.

Vamos enviar a lista dos locais que no momento estamos... Porque até recentemente...

O SR. - ... Pela ordem, Excelência.

O SR. RONALDO RAMOS LARANJEIRA – Não estávamos em Barueri. Voltamos...

O SR. - Estados, municípios, equipamentos, sistemas e subsistemas, porque nos foi dito pelo Presidente do Tribunal de Contas do Estado que havia um problema de que não havia um CNPJ para cada contrato. E, portanto, houve uma ação do Tribunal e restavam duas situações a serem resolvidas, não é isso, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – Exatamente.

O SR. RONALDO RAMOS LARANJEIRA – O Ministério do Trabalho foi fazer uma fiscalização, e, no Hospital São Paulo ele achou que cada uma das casinhas ao redor do Hospital São Paulo deveria ter o seu CNPJ. O que é complicado, mas, chegamos a um acordo e realmente uma parte dos dois mil funcionários, o Hospital de São Paulo tem cinco mil funcionários, dois mil funcionários são da saúde indígena, mas estão alocados ao Hospital de São Paulo. E é um negócio meio estranho.

O SR. - Dr. Ronaldo, então o senhor pode informar, por gentileza, para sermos mais objetivos, quantos CNPJs tem a entidade no Estado de São Paulo? Se não tiver agora, encaminhe depois, facilita o trabalho.

O SR. RONALDO RAMOS LARANJEIRA – ... Vou ter que encaminhar depois, porque de cabeça eu não saberia, mas, por exemplo, não tínhamos CNPJ e o SESMT no Pará e no Mato Grosso, mas, seguimos com a conduta do fiscal e estamos nos adequando a isso.

O SR. - Encaminhe para nós quantos e quais são, os números.

O SR. - Apenas para esclarecer, deputado Neder, a questão do CNPJ acredito que não tenha sido o Tribunal de Contas, mas sim o Ministério do Trabalho, o Dr. Prado ele não questiona o CNPJ de OSS, que temos todos os contratos de OSS e temos o CNPJ específico, a questão foi puramente com relação ao Hospital São Paulo, e o CNPJ matriz dele que abrigou também e que abriga ainda a saúde indígena e aonde já estamos providenciando no Mato Grosso que já tem um CNPJ aberto e no Pará está em vias de.

Só esse esclarecimento, mas toda a OS, todo o contrato de gestão possui o seu CNPJ próprio.

O SR. RONALDO RAMOS LARANJEIRA – Nós vamos mandar a lista, temos essa informação fácil e deve ter até no site. Em relação, o deputado também tinha perguntado sobre as modalidades de contratos, e eu creio que a grande maioria é um contrato de gestão. Acho que temos outros poucos convênios...

O SR. - ... Pela ordem, Sr. Presidente. Eu me referi a modalidade de contratos de forças de trabalho, trabalhadores ou colaboradores, porque surgiu uma polêmica de que há uma pendência jurídica e que tem consequências inclusive de passivos trabalhistas e que é um debate pelo menos que o SECONCI está fazendo com a Secretaria, não sei se os senhores também sobre determinadas modalidades de contrato, inclusive de emergência, e, ele citou quatro modalidades de contrato na visitam que fizemos lá em Pedreira, e, portanto lá é vinculada a SPDM, e mencionou que há um problema na relação com a Secretaria do Estado e da Saúde quanto a essas quatro modalidades porque elas geram passivos e que não há exatamente um equacionamento jurídico para essa questão.

Então, eu perguntei sobre as modalidades de contratos de forças de trabalho de pessoal.

O SR. RONALDO RAMOS LARANJEIRA – Deputado essa questão da relação de força de trabalho, qualquer uma, o senhor sabe como funciona no Brasil hoje, a indústria do processo trabalhista, então seja celetista ou PJ se tem qualquer fragilidade. Agora, recentemente deputado com a permissão de se fazer a terceirização

da atividade fim, essa discussão ficou menor, me parece que ela tem outro patamar agora de conversa.

Entendemos que a força de trabalho contratada, a nossa imensa maioria, Sr. Presidente, é celetista. Apenas na área médica e em algumas situações, anestesiastas e UTI que hoje não se consegue contratar, e, eventualmente em algumas áreas administrativas de limpeza, segurança e que hoje não se consegue mais fazer serviços próprios, apesar de que temos unidades que tem serviços próprios até hoje, como tem a de Pirajussara, e eu posso lhe afirmar deputado que os nossos preços técnicos relacionados ao CADTERC são menores em todas as situações.

Aliás, em nossos preços, não entramos nessa discussão, mas, eu queria registrar isso, que em 60%, 70%, 80% das vezes ganhamos da BEC, da Bolsa Eletrônica do Estado, pelo mecanismo de compra, em escala e pela forma como fazemos a contratação que tem todo um rigor e uma compra coletiva com várias Comissões discutindo. A forma de contratação qualquer uma gera e gerava mais no passado do que gera hoje a insegurança jurídica. A contratação por PJ é uma realidade importa pelo mercado dos médicos, pela organização do trabalho médico.

O senhor não consegue hoje montar uma UTI, e, ao longo do tempo o celetista infelizmente deputado, o senhor sabe disso, mas ele perde a produtividade e o contrato de trabalho PJ permite que se faça contratos por remuneração por procedimento e o que faz com que a população ganhe, porque com o mesmo recurso se consegue ganhar. Segundo, o médico não quer trabalhar e ser contratado. Porque se ele for contratado ele vai ganhar hoje 70 reais a hora, em média. Que é o se tem hoje da pesquisa salarial que as OSS são obrigadas a fazer dentro do Governo do Estado, e fazem isso há 20 anos. Ela custa para a instituição segundo a instituição Getúlio Vargas, de 2.3 vezes o seu salário só que ele leva para casa e não leva os 70, ele leva 50, porque se tem 27,5% de desconto e o médico não quer. Ele quer ganhar 120 por hora trabalhada.

Os médicos de organizaram desta forma, é um fenômeno que não depende da OS. E eu não consigo montar, e, de repente se perde o trabalhador médico da unidade X e se não tiver a flexibilidade de contratar uma empresa para leva-lo a assistência e fica sem dar assistência para aquela população e aquele hospital. Então não se pode deixar uma UTI sem médico, uma atividade, o senhor sabe disso, é médico e conhece essa mecânica. Então muitas vezes se lança mão da pessoa jurídica por absoluta dificuldade de contratar na pessoa física do celetista.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – Muito bem, eu quero constatar aqui e agradecer a presença do nobre deputado Roberto Moraes.

O SR. RONALDO RAMOS LARANJEIRA – Eu acho que talvez eu tenha respondido a maior parte das perguntas...

O SR. CARLOS NEDER LULA – PT - ... Pela ordem, Presidente.

O SR. RONALDO RAMOS LARANJEIRA – E o que eu poderia encaminhar por escrito é um compromisso meu de fazer isso...

O SR. - ... Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – Pela ordem.

O SR. - Só sobre essa questão, a OS tem um contrato com o estado ou com as prefeituras, e contrata os seus funcionários, na eventualidade de ter um processo trabalhista, a OS responde por isso, ou ela acrescenta depois para o Estado um custo em função disso? É uma dúvida que me ficou aqui e que eu acho que é importante de se ter um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – O deputado Neder também solicitou pela ordem, pois não, nobre deputado.

O SR. CARLOS NEDER LULA – PT - Não, eu acho que as informações também podem ser prestadas posteriormente, o que me causa estranheza é que o Sr. Michel Fukusato ele mantém contrato com os senhores desde 2015, e, ele apenas assina esse termo há três meses quando essa CPI foi instalada, e, porque esse contrato que nos foi entregue aqui uma cópia, essa informação ela não é datada de 2015 quando do contrato feito com a empresa?

O SR. RONALDO RAMOS LARANJEIRA – O nosso manual de compliance é mais recente e ele não foi feito obviamente pela CPI, é um manual que vem sendo desenvolvido e como vários dos manuais que temos na SPDM, e que fosse

desenvolvido ao longo de muitos anos. Então, eu vejo mais como uma coincidência temporal...

O SR. - ... Desculpa deputado, foi antes, ele assinou em dezembro, a CPI nem estava ainda aventada.

O SR. CARLOS NEDER LULA – PT - Dezembro foi quando o deputado Edmir Chedid apresentou a proposta da CPIe ocorre que ela demorou três meses para ser instalada e perdemos 60 ou 90 dias da instalação da CPI. Só fiz uma pergunta, o contrato da empresa é de 2015, o documento assinado é de 90 dias.

O SR. - Deputado, nenhuma instituição é perfeita, mas ela aprende. As boas instituições estão sempre aprendendo, como eu lhe falei, aprendemos muito com o Tribunal de Contas, estamos aprendendo com os questionamentos. Isso vai se aprimorando, e é a melhoria continua que se leva a ter continuidade e ter compliance, segurança jurídica. Então, eu entendo que essas coisas vão se fazendo ao longo do tempo. Nós estamos a cada vez mais melhorando.

O SR. CARLOS NEDER LULA – PT - Só uma última questão, Excelência...

O SR. - Peço a palavra, Excelência, só um esclarecimento, por favor, que esse manual ele exige sempre da celebração do contrato e já se pegar essa declaração. E para aqueles que já estão firmados. E irem atrás e também solicitar essa adesão que é algo facultativo, não podemos obrigar, então certamente este contrato foi feito posterior e já estava celebrado e foi levado ao conhecimento do sócio.

O SR. CARLOS NEDER LULA – PT - Pela ordem, Presidente.

O SR. - Nobre deputado...

O SR. CARLOS NEDER LULA – PT - ... Só quero encerrar a minha participação, eu peço além daquilo que já foi requerido, que sejam oferecidas as CPIs as informações sobre aplicações financeiras promovidos pela SPDM, e, durante o período em que o recurso foi utilizado para a prestação de serviços na área da saúde. Da mesma

forma a relação desses membros conselheiros, porque podem estar no portal da transparência, mas é importante que tenhamos essa informação da mesma forma que as 20 OS que compõem o Instituto Brasileiro.

Uma última questão é se há uma relação tranquila, por exemplo, com os conselhos de saúde, sou autor da lei dos Conselhos de Saúde na cidade de São Paulo. São mais de dez mil pessoas atuando nesses conselhos de saúde, e algumas OSS aceitaram bem a ideia da existência do conselho. Cito, por exemplo, o Dr. Fernando Proença de Gouvêa que é uma pessoa que sempre dialogou muito bem com os conselhos e conselheiros.

Eu pergunto se isso acontece também com a SPDM. Se aceitam a existência dos conselhos com base na Legislação e se mantém uma relação respeitosa com os conselheiros de saúde.

O SR. CARLOS NEDER LULA – PT - Sr. Presidente, posso?

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – Pois não, Dr. Nacime.

O SR. NACIME MANSUR – Primeiro duas questões do deputado Zaia...

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – ... Pode responder, por gentileza.

O SR. NACIME MANSUR – Deputado todo o custo...

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – ... Mais perto do microfone.

O SR. NACIME MANSUR – ... Do contrato de gestão está coberto por aquele orçamento. Não há nada que não seja coberto por aquele orçamento de custeio que está estabelecido e colocado. Deputado Neder, obrigado pela pergunta, o senhor deveria incluir não só o Dr. Fernando, mas também a SPDM, porque fazemos e temos, o senhor sabe disso, no Conselho do Vila Maria, desde 1994 tem-se reuniões semanais, com a população, no Pedreira tem reuniões com a população, no território da Vila Maria tem lá o conselho gestor do território, participamos.

Nunca deixamos de participar e respeitar, Pirajussara, nenhum conselho, eu fui quatro anos do Conselho Estadual de Saúde, e tenho o maior respeito pelos conselhos. O senhor conhece as pessoas que fazem parte do conselho do Vila Maria e sabe, comprova o nosso respeito e nossa extrema consideração pelo controle social.

O SR. CARLOS NEDER LULA – PT - Muito bem. Eu agradeço ao Sr. Presidente, e apenas na lei que aprovei existem os conselhos de coordenadoria, de supervisão e de unidades prestadoras, Dr. Nacime, e há um conselho na supervisão de saúde a qual é vinculada a unidade de saúde do Jardim São Remo. E uma pessoa representa a SPDM nesse conselho da supervisão, cujo o nome é Francisco José. Pergunto se o senhor conhece o Sr. Francisco José que representa a SPDM no Conselho de Supervisão a qual é vinculada a unidade de São Remo.

O SR. NACIME MANSUR – O João Ladislau que é nosso diretor está aqui e pode esclarecer melhor. Mas, o Francisco José pelo nome, deve ser o responsável técnico pela região um antigo militante da causa pública, conhecedor profundo da atuação da atenção básica que precisamos reforçar e melhorar. Ele é um profundo conhecedor e ele é quem é o nosso representante lá.

O SR. CARLOS NEDER LULA – PT - Ele está presente aqui?

O SR. NACIME MANSUR – Não.

O SR. CARLOS NEDER LULA – PT - Pois nós temos, eu recebi Sr. Presidente, porque a CPI está se tornando cada vez mais pública, o que é bom tanto nos e-mails que são mandados para a Assembleia Legislativa e que eu acredito que a assessoria esteja mantendo a todos deputados informados das reclamações, então nós recebemos uma denúncia que eu gostaria que fosse investigada, de um conselheiro que foi chamado de mentiroso de maneira bastante agressiva pelo Sr. Francisco José.

E quando levou a denúncia sobre um problema na área da saúde na região e que houve uma comoção por parte dos demais conselheiros pela maneira desrespeitosa como esse senhor poderia informar o nome completo do Sr. Francisco José?

O SR. NACIME MANSUR – Eu não sei, posso me comprometer.

O SR. CARLOS NEDER LULA – PT - Ao microfone, por favor, porque essa sessão é gravada, identificando-se.

O SR. JOÃO LADISLAU - O nosso diretor...

O SR. CARLOS NEDER LULA – PT - ... Inicialmente sua identificação.

O SR. JOÃO LADISLAU - Desculpe, meu nome é João Ladislau Rosa, sou médico e superintendente do contrato da região do Butantã. O nosso diretor técnico é o Francisco Filhou José. Se por acaso isso é real, com certeza, ele foi ofendido anteriormente se eu o conheço.

O SR. CARLOS NEDER LULA – PT - Poderia repetir o nome dele, por favor?

O SR. JOÃO LADISLAU - Sr. Francisco Filhou José.

O SR. CARLOS NEDER LULA – PT - Vossa Excelência conseguiu ouvir qual é o nome?

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – Francisco Filhou José.
Ok.

O SR. – Deputado, antecipadamente em nome da instituição, se houve alguma impropriedade e algum exagero, já peço desculpas, lamento e entendo que vão investigar e averiguar se houve alguma, se não foi algo bilateral, mas com certeza conhecendo o Francisco que é uma pessoa íntegra, honesta, séria, proba, e que faz um belo trabalho em uma região absolutamente conflagrada e depauperada, na região do Butantã.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – Muito bem. Quero comunicar a todos os presentes e que o representante do Tribunal de Contas do Município já chegou a algum tempo e ele é o supervisor de equipe e o Dr. Rafael

Arantes, pode levantar a mão Dr. Rafael? Muito obrigado, tome assento e fique à vontade, por favor, sempre. Muito obrigado. Eu queria passar a presidência ao nobre deputado Barros Munhoz, por gentileza. Eu queria fazer perguntas, se o senhor puder, por gentileza, muito obrigado. Vou me inscrever.

* * *

- Assume a Presidência o Barros Munhoz.

* * *

O SR. EDMIR CHEDID – DEM – Boa tarde a todos os senhores e senhoras deputados, representantes da SPDM, e tem alguns questionamentos que eu gostaria de fazer a V. S^a. com o intuito da CPI de questionarmos e verificarmos, nos informarmos de como as coisas estão indo, a lei que foi aprovada a mais de 20 anos, nós precisamos aprimorar principalmente a fiscalização, e a primeira pergunta que eu faço é a seguinte, eu acho que foi o Dr. Nacime que disse que os jornais já publicaram entidades com problemas. Eu não li esses jornais, o senhor pode exemplificar quais são as OS por gentileza?

O SR. NACIME MANSUR – Deputado, é público o caso do Ouro Verde.

O SR. EDMIR CHEDID – DEM – Então eu pergunto ao senhor, que os senhores trabalhavam no Hospital Ouro Verde de Campinas, e tinham lá um contrato, porque deixaram o contrato do Hospital Ouro Verde?

O SR. NACIME MANSUR – Deputado, ficamos lá com muito orgulho durante oito anos, não tivemos nenhum problema, nenhuma imputação de natureza de improbidade...

O SR. EDMIR CHEDID – DEM – ... Se o senhor puder falar ao microfone que gravamos, para facilitar.

O SR. NACIME MANSUR – Desculpe, deputado. Improbidade administrativa ou de qualquer natureza de malversação, ou qualquer coisa desse tipo. Aliás, sendo fiscalizado pelo TCE, pelo TCU, pelo DENASUS.

O SR. EDMIR CHEDID – DEM – Mas, por que os senhores saíram de lá então?

O SR. NACIME MANSUR – Foi feito um chamamento público em que uma entidade da Santa Casa de Barueri, que depois mudou o nome para Vitalle, ganhou esse chamamento público e nós deixamos o hospital, abastecido com um milhão e 500 de materiais e insumos que daria para 45 dias, e fizemos uma transição absolutamente pacífica do ponto de vista de cada doente, foi feita a passagem para uma nova equipe. Deixamos o hospital arrumado do ponto de vista de manutenção e de equipamentos médicos e hospitalares.

Deixamos o hospital funcionando, e, saímos em maio de 2016.

O SR. EDMIR CHEDID – DEM – Com relação aos funcionários... Pois não.

O SR. NACIME MANSUR – Com os funcionários foi feita uma sub-rogação dos seus contratos de trabalho intermediados pelo Ministério Público do Trabalho, e em um mecanismo de sub-rogação que hoje está explicitado em várias leis e que o Governo do Estado de São Paulo faz isso já há mais de 30 contratos, de tal sorte que a instituição sucessora ela se responsabiliza por todo o passivo porque ela é um passivo do contrato de gestão.

Se o estado tivesse que a cada final de contrato, de cinco anos pagar todo o passivo trabalhista, seria de 30 ou 40 milhões, e tem que se contratar no dia seguinte todos os trabalhadores, o que é uma fraude ao INSS. Se tem que pagar com multas. Há um mecanismo de sub-rogação que é absolutamente aceito e eu acho que ele é a solução para que o estado não tenha que arcar com esse...

O SR. EDMIR CHEDID – DEM – Entendi.

O SR. NACIME MANSUR – Só para terminar deputado.

O SR. EDMIR CHEDID – DEM – Pois não.

O SR. NACIME MANSUR – Se o senhor colocar no contrato de gestão a necessidade de ter o provisionamento que é a instituição que vai assumir tal hospital tem que fazer o provisionamento, ela vai ter que 30 ou 40 milhões guardados. O que tira dinheiro do custeio e da assistência para deixar guardado.

O SR. EDMIR CHEDID – DEM – Os senhores têm nos quadros ou contratos com pessoas que buscam contratos para a entidade. Vamos dizer de forma clara, lobistas.

O SR. NACIME MANSUR – Nunca. Quem trata dessas questões primeiro que é um convite formal para se qualificar, recusamos uma imensa quantidade de pessoas e de processos, de convites, não há menor procedência ou a menor... Não há a mínima, mais remota possibilidade de que isso ocorra Sr. Deputado.

O SR. - Acrescentando um pouco mais, toda a aprovação dos novos contratos vai ser decidida pelo conselho administrativo. Então a nossa estrutura institucional não permite muito esse tipo de práticas, porque tem o controle da diretoria...

O SR. EDMIR CHEDID – DEM – ... Na filantropia não, na pilantropia sim. Eu queria depois, Dr. Nacime, que o senhor encaminhasse para cá as notícias que o senhor tem de jornais, internet e etcetera, para contribuir com a CPI. Algum político ou representante da Secretaria, de estado ou da prefeitura municipal de São Paulo, de alguma prefeitura solicitou e criou alguma dificuldade para que se pudesse solicitar aos senhores algum tipo de recurso ou ajuda financeira?

O SR. NACIME MANSUR – Nunca tivemos problemas que eu possa colocar nesse formato, nós trabalhamos com contratos de parceria com o serviço público, e muito aberto. Então, públicos, não consigo ver nenhum exemplo.

O SR. - Não é nem exemplo, desculpe, Sr. Presidente. Mas, nunca houve, a nossa relação, primeiro que não fazemos isso e não temos esse tipo de coisa. Mas, a

relação que nós estabelecemos com todas as prefeituras sempre foi altamente republicana.

O SR. EDMIR CHEDID – DEM – Com o Governo do Estado?

O SR. - Com o Governo do Estado nesses 20 anos nunca tivemos problemas, com as prefeituras não tivemos problemas. Me orgulha muito que várias vezes o próprio Ministério Público sempre esteve em socorro da instituição e sempre ajudou, agora, recentemente o Ministério Público de Minas Gerais, Sr. Presidente, o Federal, e do Trabalho fizeram um TAC com a prefeitura de Uberlândia.

O SR. EDMIR CHEDID – DEM – Tenho conhecimento, Excelência.

O SR. - Solicitando que assumíssemos a atenção básica do município. Está explicitado no TAC. E então eu acho que pela nossa postura ética, e compromissada nunca tivemos nenhum problema, graças a Deus.

O SR. EDMIR CHEDID – DEM – Como é que os senhores recebem do Estado, é antecipado?

O SR. - Não. De maneira alguma.

O SR. EDMIR CHEDID – DEM – Os senhores prestam serviços e depois recebem?

O SR. - Recebemos no dia 05 de cada mês, na última hora, mas graças a Deus o estado de São Paulo não tem atrasado nesses anos. E que é o suficiente para se rodar a folha no quinto dia útil, se recebe no quinto dia útil de cada mês.

O SR. EDMIR CHEDID – DEM – E quanto uma prefeitura atrasa o contrato, o repasse de recursos para os senhores, o que fazem? Atrasam todo o pagamento, é isso?

O SR. NACIME MANSUR – Posso responder?

O SR. EDMIR CHEDID – DEM – Por favor, Dr. Nacime.

O SR. NACIME MANSUR – Esse é um problema do modelo, deputado. Todo o ônus...

O SR. EDMIR CHEDID – DEM – ... Por favor, no microfone. É importante.

O SR. NACIME MANSUR – Todo o ônus do contrato que está em nome da entidade parceria. Todo o ônus, a dívida com os fornecedores, o contrato de trabalho, todo o ônus está com a entidade. O ativo está em nome do Estado, de tal sorte que se eu comprar um respirador em dez pagamentos, parcelado, a dívida estará em nome da SPDM. Mas, o aparelho em menos de um mês vai ser patroneado em nome do Estado.

E essa é uma característica do modelo que contabilmente é um problema. Contabilmente se tem uma dificuldade imensa de explicar isso, e então desculpe, eu esqueci a pergunta, deputado.

O SR. - O repasse do valor.

O SR. EDMIR CHEDID – DEM – Quando a prefeitura atrasa, os senhores têm que atrasar todo o pagamento? Porque se existe uma conta para cada contrato, CNPJ, não existem recursos sobrando, então tem que atrasar o pagamento dos funcionários e dos contratos. É só isso.

O SR. NACIME MANSUR – Isso infelizmente, deputado, ocorre e é uma grande fragilidade do contrato de trabalho. Algumas prefeituras infelizmente pela situação econômica do país atrasam o pagamento. E aí se assume ou se assumem algumas dívidas, ou em alguns casos excepcionais se vai ao banco quando a situação é insustentável e como já ocorreu.

O SR. - Tem que parecer favorável. Porque mesmo que depois vamos ao banco e que o dono do contrato, o Estado ou o município, vai pagar aquele custo financeiro de pedirmos dinheiro. Atrasamos e mesmo a custo de ter que ir ao banco, mas, já tem uma determinação...

O SR. EDMIR CHEDID – DEM – ... Que eles devem reembolsar o custo. Muito obrigado. Mais algumas perguntas aqui. Os senhores têm um sistema de TI próprio para a prestação de contas ao Governo do Estado ou ele tem um modelo de tecnologia de informação, para que os senhores prestem contas também com outras OSS. Quanto o Governo do Estado e o que os senhores recebem se é o que o Estado paga aos senhores no contrato para que aluguem ou comprem programas em um ano, por exemplo.

O SR. NACIME MANSUR – Posso?

O SR. EDMIR CHEDID – DEM – Pois não, Dr. Nacime.

O SR. NACIME MANSUR – Se tem dois sistemas, um municipal que eu não me lembro o nome, web SAS que é da prefeitura de São Paulo e se coloca toda a movimentação contábil e financeira, o extrato bancário, notas fiscais e etcetera, tudo no sistema. E o estado da mesma forma, encaminhamentos mensalmente e isso faz parte das metas que tem de ser cumpridas. Se não se entregar a prestação de contas mensalmente não se recebe e então tem que se mandar o extrato bancário, as notas fiscais, toda a execução orçamentária e financeira.

Se faz uma aferição dos seus valores de compra de produtos que o Estado indica para comparar com a BEC. E se faz a produção, existe a comissão dos contratos de gestão e que também avaliam. Se tem uma série de mecanismos de controle. No sistema informatizado do Estado se mandam todas as informações contábeis e financeiras, mandam a sua produção, e aí ela é confrontada, deputado, com o faturamento do SUS. Porque ele não entra para a entidade e a OS, ela entra para o Governo do Estado.

Mas, se o senhor informou que lá se tinham mil internações se tem de ter um faturamento de mil internações dentro do sistema do DATASUS. Então é mais um mecanismo de controle. As OSS por uma questão de gestão e de melhoria dos seus processos gerenciais, ela traz um aumento importante de faturamento para o Governo do Estado. Se o senhor pegar o Brigadeiro, quando assumimos, ele faturava quatro milhões por mês, por ano e hoje fatura mais de 20, por exemplo, que não é da OS, é do Governo do Estado e é mais uma melhoria que se traz para o Governo do Estado.

O SR. EDMIR CHEDID – DEM – O teto do governador é respeito, Excelência? O pagamento para servidores. O teto do salário do governador do Estado.

O SR. NACIME MANSUR – Até recentemente deputado, se fazia o que estava no contrato de gestão e ainda continuamos uma aferição com as 20 maiores instituições privadas e públicas do Estado de São Paulo. Hoje são mais de 80, se faz uma média, isso é feito pelo Proasa da Fundação Getúlio Vargas, verificando se há alguma inconsistência no seu quadro de pessoal. Recentemente agora, um decreto do governador de 62, não me lembro o número exatamente, que obriga a ter um teto do salário do governador.

Isso é um problema para as instituições. Porque o teto do governador é de 21 mil, faz quatro anos que ele não tem aumento e nós somos celetistas, eu sou obrigado a dar aumento porque tem o aumento do ticílio, da categoria, então, isso cria uma situação difícil para se manter esse teto constitucional. Segundo...

O SR. - ... Que lei se segue?

O SR. NACIME MANSUR – Se é a CLT ou... Então esse é um problema que se cria uma dificuldade gerencial que não são de somenos, porque se for pegar hoje o médico do PSF de São Paulo, ele está ganhando em torno de 16 e 18 mil.

O SR. EDMIR CHEDID – DEM – Dr. Nacime, os senhores pagam a mais do que o teto em função das dificuldades de sindicalizar?

O SR. NACIME MANSUR – Não. Hoje ficamos limitados ao teto. Existem algumas pessoas que tem 20 anos de casa, e o que eu faço com essa pessoa? Demito? Não tem jeito. Então algumas questões estamos esclarecendo ao Tribunal e que ultrapassa pouca coisa. Não é nada significante, explicando que esse indivíduo tem 20 anos de casa. Ele tem quinquênio, tem toda a incorporação do ponto de vista trabalhista e que eu não posso desconhecer.

O SR. EDMIR CHEDID – DEM – Quantos empregados CLT são contratados para prestar serviço diretamente ao Hospital Pedreira? Talvez o senhor não tenha esse número aqui e depois o senhor encaminha. E quantos são os prestadores e pessoas

jurídicas. E isso depois o senhor encaminha porque é difícil ter tudo isso pelo número que os senhores têm lá. Pergunto isso porque nos contratos encaminhados pelos senhores a essa CPI, foi pago 198 mil, 253 reais e 79 centavos a um plano de saúde. A AMIL, e dos funcionários do Hospital Pedreira. Não é estranho, que os senhores prestam serviços de saúde no Estado inteiro, é uma filantropia no país inteiro.

Os senhores entendem desde uma pessoa que está com dorzinha de cabeça até transplantes, ninguém aqui dúvida da capacidade técnica e muito pelo contrário, é um orgulho de todos nós do Estado de São Paulo, e brasileiros, mas, porque firmar convênio com planos de saúde para funcionários e para que eles possam ser atendidos na área da saúde. Sabe o que nos preocupa aqui Dr. Nacime a todos os senhores, é o seguinte, mas lá na Lava-Jato ficou muito claro que quarteirização, terceirização era um meio que os políticos corruptos e administradores.

Maneira para poder fazer com que a propina chegasse aonde deveria chegar. Veja bem, é isso que a CPI aqui vai levantar, vai entrar nisso, nesses contratos quarteirizados e terceirizados. Chamem os senhores do que quiserem, porque se é a gestão compartilhada, está bom, então os senhores contratam funcionários que não passam por uma seleção e que eles não estão no site de transparência como determina, qualquer recurso público do Governo do Estado. Mas, isso é um entendimento dos senhores e que a CPI vai ter de aprimorar a legislação, propor ao Plenário.

Tentar fazer uma legislação. Mas, como é que se paga a AMIL? Pergunta essa que nos estranha, nos cria... Não que exista alguma coisa, não estou dizendo isso, por favor, mas, como é isso, os senhores fazem filantropia, atendem gente de graça o tempo inteiro, desde o início, são 85 anos prestando serviço a esse estado e esse país. Mas, como é que pagam um plano de saúde aos funcionários dos senhores?

O SR. NACIME MANSUR – Deputado, eu queria responder e primeiro me desculpar com o senhor e com a comitiva que estive na Pedreira, se houve alguma dificuldade de entrada.

O SR. EDMIR CHEDID – DEM – Houve Excelência, e já vamos pedir desde já para os senhores revisarem todos os contratos que os senhores com as prefeituras, com o Governo do Estado que nós deputados vamos chegar com tranquilidade e iremos nos apresentar e dizer quem somos, pedir a diretoria que nos atenda. E como também da

mesma forma se tivermos que entrar, vamos entrar porque CPI tem isso, o senhor não precisa pedir desculpa nenhuma.

Foi um segurança que criou uma certa dificuldade, e entendemos isso perfeitamente e não há problema nenhum.

O SR. NACIME MANSUR – Foi orientado, deputado.

O SR. EDMIR CHEDID – DEM – Muito obrigado.

O SR. NACIME MANSUR – Eu só queria responder ao senhor, que eu compartilho totalmente da sua opinião a respeito dos planos de saúde. Se o senhor for pegar aonde existe o pagamento para planos de saúde, foi em uma unidade, talvez duas unidades, em que recebemos por sucessão. No Pirajassura que estamos lá desde 1998 não tem, em Diadema não tem. Luzia de Pinho Melo e Mogi não tem. O Hospital Brigadeiro não tem. Não existe, em nosso ponto de vista, o senhor tem toda a razão.

O SR. EDMIR CHEDID – DEM – Dr. Nacime...

O SR. NACIME MANSUR – É no Pedreira e no HGG, o Hospital Geral de Guarulhos, que é um número pequeno de funcionários, não é o representativo e que nós estamos por uma questão trabalhista não se pode tirar o plano de saúde. Infelizmente é um direito adquirido daquele servidor. Mas, depois da nossa assunção, dessas duas unidades, deputado, não há mais ingresso no plano de saúde.

O SR. EDMIR CHEDID – DEM – Mas, estão na Pedreira há três anos.

O SR. NACIME MANSUR – Mas, não se consegue demiti-los todo mundo. Ou demitiria todo mundo e acabaria...

O SR. EDMIR CHEDID – DEM – ... Então o Estado é obrigado a pagar.

O SR. NACIME MANSUR – Houve uma associação e fomos obrigados...

O SR. EDMIR CHEDID – DEM – ... Então os senhores não deveriam ter assumido a associação desses funcionários, desculpe, é muito fácil colocar isso. São coisas que temos de deixar claro aqui, Dr. Nacime.

O SR. NACIME MANSUR – Não tem problema, deputado, eu estou tranquilo com isso, porque eu compartilho da sua opinião.

O SR. EDMIR CHEDID – DEM – Eu sei que o senhor está tranquilo, mas temos que discutir um pouco isso porque são coisas que estamos olhando, queremos economizar dinheiro. Os senhores podem contribuir conosco depois pela internet, mandar para cá, pedir para alguém vir colocar o que pode modificar e como é que se pode aprimorar, ou os senhores querem montar um cartel com não sei quantas, não estou falando que estão montando, e deixar os pilantras de fora, nos ajudem a fazer com que os pilantras não deixem os senhores com uma imagem ruim.

Os bons não podem pagar pelos ruins, a assembleia deseja isso, aqui está todo mundo se envolvendo para tentar mudar isso, a saúde é algo que mexe com todos nós deputados, nunca tivemos tanta reclamação da área de saúde em todos os lugares. Ontem, o Barros Munhoz que preside essa sessão, fomos representar a Comissão de Finanças e determinaram que eu fosse em Itararé, quer dizer, lá 200 pessoas por dia, terminamos lá por dez horas da noite.

Mas, 200 pessoas por dia têm de se locomover com vans, com ambulância, e gastam combustível, mão de obra, veículo, para levar o pessoal para Sorocaba, Itapeva, São Paulo, quer dizer, eu acho que essa CPI que é composta por deputados íntegros que são muito interessados nisso, o que eles desejam? Um raio-x da saúde em toda a área, vamos verificar com o que podemos contribuir, com o nosso papel de fiscalizar também, é por isso que perguntamos as coisas e achamos que temos de romper com tudo isso.

Também um custo aqui, os senhores têm cozinhas lá no hospital. Inclusive o Tribunal de Contas falou que a cozinha estava suja. Quando entramos lá, eu e o deputado Neder, o vice-presidente dessa Comissão o deputado Wellington, o pessoal estava limpando o hospital inteiro, era um mutirão de limpeza que estava acontecendo, nobre deputado Barros Munhoz. E a pergunta é a seguinte, se lá tem cozinha, os senhores pagaram 133 mil reais de cartão alimentação para funcionários. Também é o

contrato de sucesso? 133 mil, 15 reais e 41 centavos. Se o senhor puder verificar e encaminhar para nós.

O SR. NACIME MANSUR – Não, deputado, antecipadamente eu queria dizer ao senhor que primeiro eu não tenho poder, a instituição não tem poder de dizer o que eu vou sub-rogar ou não vou sub-rogar. Quando se vai assumir aquele hospital dentro da prerrogativa e das regras do estado, o senhor assume todo mundo, não posso falar, “eu quero esse, não quero aquele”. Existe um custo trabalhista na demissão...

O SR. EDMIR CHEDID – DEM – ... Então os senhores são obrigados a assumir por contrato tudo aquilo. Então o que diz a legislação que tem um procedimento, para verificar quem é que vai prestar serviço, para que não exista um QI de área nenhuma, de quem indica não serve para nada, porque a legislação não é cumprida e porque um contrato feito determina isso, é isso que queremos saber, não são os senhores, entenda isso. Não estamos acusando de nada os senhores.

Nós queremos entender.

O SR. NACIME MANSUR – Deputado, eu queria agradecer a oportunidade de esclarecer aos senhores e estamos nos colocando absolutamente à disposição, não há nenhum problema. O que eu estou colocando é são seguidas regras e normas da legislação trabalhista. O senhor está falando de cartão. Eu sou obrigado pela convenção coletiva do trabalho a seguir legislativa do Sistema Único de Saúde, senão eu vou estar prejudicando aos trabalhadores, não vou estar cumprindo com a legislação trabalhista que nos obriga a ter esse tipo de coisa. Não é uma liberalidade da instituição, isso são regras de legislação trabalhista.

O SR. - Me dá um aparte, deputado Edmir.

O SR. EDMIR CHEDID – DEM – Pois não, Excelência...

O SR. NACIME MANSUR – ... Vale Alimentação.

O SR. - Os senhores sucedem a quem no Hospital de Pedreira?

O SR. NACIME MANSUR – Nós sucedemos... O Hospital de Pedreira foi inicialmente administrado pela congregação de Santa Catarina, depois passou para o São Camilo e acerca de dois anos assumimos o hospital. Deputado, só para esclarecer, nós temos um sistema de contratação de pessoal que eu vou passar para o senhor toda a regra e como se faz a contratação. A exposição da busca, publicação, busca nos bancos de currículo. Existe todo um formalismo na contratação.

Depois ele passa por provas, porque hoje, infelizmente, o aparelho formador seja do médico ou da enfermagem, de outros profissionais técnicos é muito ruim. E as escolas médicas, a proliferação traz para dentro do sistema pessoas nem sempre preparadas. Então se vai fazer um curso, uma prova para um técnico de enfermagem, por exemplo, e muitas vezes aquela pessoa não sabe fazer uma regra de três. E, por que a regra de três é importante? Porque se ela não souber quantas gotas vai dar ou quanto ela vai colocar, ela pode cometer um erro e causa-lo pela oportunidade, deputado Edmir.

Essas instituições sucederam o consórcio que havia lá e que administrava o hospital?

O SR. - Havia consórcio de saúde lá entre Pedreira, Santo Antônio de Posse, Holambra.

O SR. EDMIR CHEDID – DEM – Não, Excelência, me permite por gentileza.

O SR. - Não é o mesmo tópico.

O SR. EDMIR CHEDID – DEM – Estamos falando do Hospital de Pedreira aqui em São Paulo.

O SR. - Aqui.

O SR. EDMIR CHEDID – DEM – Aqui na região Sul, Excelência.

O SR. - Então pelo amor de Deus, ainda bem, eu estava pensando que era em Pedreira lá...

O SR. EDMIR CHEDID – DEM – ... Que nós, às vezes...

O SR. - ... Se fosse da minha região já tinha ficado assustado.

O SR. EDMIR CHEDID – DEM – Não é a sua. Aconteceu a mesma coisa com o meu pai, Excelência. Ele falou, “o que está fazendo em Pedreira, não está em São Paulo?”. Eu devolvo a palavra, por favor. Terminaram? Pois não.

O SR. - Só gostaria de esclarecer que a questão da refeição, o Vale Alimentação é a cesta básica que prevê a convenção coletiva de trabalho, não tem nada a ver com o refeitório do hospital.

O SR. EDMIR CHEDID – DEM – Todos os contratos de estado têm isso, os senhores têm acordo coletivo com todos os contratos de pagar cesta básica?

O SR. - Na verdade, a instituição tem a obrigação de seguir a convenção coletiva em qualquer contrato, seja do Hospital São Paulo, ou de qualquer contrato de gestão.

O SR. EDMIR CHEDID – DEM – Temos que discutir muito isso, porque daí o servidor do estado ou não tem, ou tem um valor mais baixo, temos que achar, não que eu seja contra o sistema, mas temos que achar um denominador comum. O serviço de advocacia do senhor, é contratado ou é celetista?

O SR. - Celetista.

O SR. EDMIR CHEDID – DEM – O senhor é do escritório Approbato Machado?

O SR. - Não.

O SR. EDMIR CHEDID – DEM – O senhor é funcionário.

O SR. - Sou da SPDM.

O SR. EDMIR CHEDID – DEM – E por que o Hospital de Pedreira gastou 43 mil, 423 reais e 53 centavos com o escritório Approbato Machado? Já que os senhores têm advogados contratados?

O SR. - É facilmente explicável, a questão toda, nós temos um departamento jurídico e aonde eu sou diretor e temos mais cinco advogados que prestam o serviço de consultoria e fazemos a prevenção. O escritório Approbato Machado atua no contencioso. Ele faz a defesa das ações trabalhistas, civis, tributárias. Em decorrência da própria atividade fim dos contratos de gestão que refletem.

O SR. CARLOS NEDER LULA – PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. EDMIR CHEDID – DEM – Pela ordem... Desculpe, eu não... O Presidente é o nobre deputado Barros Munhoz no momento.

O SR. PRESIDENTE - BARROS MUNHOZ – PSB - Eu tinha esquecido também, mas tem a palavra.

O SR. CARLOS NEDER LULA – PT – Se é necessário esse tipo de caráter preventivo, com as várias questões que tem vindo à tona nessa CPI e com boa parte divulgada por cobertura da imprensa, o que já parece para os senhores como algo necessário com esse caráter preventivo no que se diz respeito a esses contratos, subcontratos.

Porque diante dessa reportagem feita pela “Rede Brasil Atual”, a resposta da Secretaria do Estado e da Saúde, foi o seguinte: “a Secretaria do Estado e da Saúde esclarece que as organizações sociais, entidades sem fins lucrativos e que gerenciam serviços junto a pasta tem autonomia para utilizar instrumentos gerenciais que consideram adequados para o bom funcionamento dos hospitais e que estão sob a sua administração por meio do contrato com a Secretaria”.

Então parece que hora aparece que os senhores assinam contrato meio que condicionados por decisões da Secretaria e hora a Secretaria diz que os senhores têm ampla autonomia para utilizar de instrumentos gerenciais. Como tem surgido o questionamento sobre o controle em relação aos recursos públicos utilizados pelas OSS, que tipo de sugestões esse corpo jurídico de cinco advogados tem dado a SPDM?

O SR. - A nossa atuação é ampla, não se limita apenas ao direito administrativo citado pelo senhor do contrato. Atuamos com a assessoria em todos os departamentos envolvidos nessa gestão, principalmente do RH que tem muitas questões trabalhistas, muitas questões localizadas em cada hospital. Temos a grande incompatibilidade entre o direito administrativo, do trabalho que é justamente essa questão do terceiro setor.

Atuamos bastante. E, realmente a gestão que está a cargo da entidade, temos esses mecanismos, mas que é bem limitado pelo próprio regime do contrato de gestão. Nossa atuação é perante a diretoria, o conselho, orientar no que realmente as legislações são permitidas. Principalmente a lei da filantropia, que é uma legislação bastante rígida, e que temos de sempre observar e compatibiliza-la com todas as demais legislações. Atuamos no município e estados. Então, temos que compatibilizar legislações e orientar, elaborar pareceres, contratos, o departamento jurídico tem uma atuação muito vasta, muito ampla.

O SR. - Olha, eu gostaria como de contribuição, eu acho que para a própria CPI, deixar como exemplo a nova lei de dezembro de 2017, do Governo do Estado de Goiás. Vou deixar com o deputado, porque o departamento jurídico e nós temos acompanhado, mas eles têm de se equilibrar entre o contrato de gestão e todo o arcabouço legal que existe em um país com leis complexas, então se pudermos melhorar a nova lei que já há 20 anos das leis de OSS, porque precisa-se de uma nova lei ao meu modo de ver, e, espero realmente que a CPI possa incorporar os elementos e que possa agilizar o processo legislativo e de alguma forma não penalizar as próprias organizações sociais que tem arcar com o custo de advogados que é enorme.

Exatamente por esse arcabouço meio instável que temos de transitar no dia a dia.

O SR. EDMIR CHEDID – DEM – Para dar continuidade Excelência.

O SR. PRESIDENTE - BARROS MUNHOZ – PSB - Tem a palavra, deputado.

O SR. EDMIR CHEDID – DEM – Obrigado. Se esses contratos dos contadores e advogados são divididos entre diversos contratos que são de rateio e entendemos até porque ratear o custo é importante para minimizar, mas como é controlado esse custo por contrato para poder cobrar o governo e como se explica para

eles, nós precisamos entender um pouco porque nós estamos entendendo o seguinte, a fiscalização que o Governo do Estado faz ela é muito aquém daquilo que achamos que deveria ser em todas as entidades.

E dizer o seguinte, às vezes podemos ter, a pergunta vem no sentido de que podemos ter alguma OS que não é correta, não é séria e não é transparente, e que é por aí que a evasão de recursos do Governo do Estado, entendeu, deputado Barros Munhoz, quer dizer, coloca lá um contrato com advogados que não cumpre com o seu papel e juramento que fez. Mas, retira não sei quanto. O outro é contador e também não cumpre com o juramento que fez. Retira. Porque temos informações que OSS fazem isso.

Então, a pergunta de como os senhores fazem já que os senhores têm 85 anos, e que os senhores estão aí há muito tempo, é explicar, e se não puder explicar agora, porque também é uma pergunta que às vezes pode demorar, é encaminhar para nós como é feita essa explanação, porque isso pode ser importante para que possamos aprimorar e se os deputados acharem que o modelo dos senhores é bom, e que ele seja aplicado em outras OSS, a nível de estado e de município.

O SR. NACIME MANSUR – Posso responder, deputado?

O SR. EDMIR CHEDID – DEM – Pois não.

O SR. NACIME MANSUR – A forma como é feita a fiscalização, acho que pode ser aprimorada, mas o Tribunal faz isso, e, o Tribunal de Contas quando chega em uma unidade, ele faz a verificação de tudo aquilo que se gastou e da execução orçamentária e financeira. Então existe um controle orçamentário e financeiro que pode ser sempre melhorado evidentemente, e não acredito que essa seja a questão. A questão maior é fazer a aferição do resultado que aquela unidade pode dar no sentido de impactos de saúde.

Então em algumas áreas para se ganhar escala se consolida, unifica. Essas unidades, por exemplo, compras, jurídico, é uma unidade única para se ganhar escala. E isso é feito com rateio de custo. E que é verificado pelo Tribunal e em que ele aponta se aquelas despesas são elegíveis ou não. O senhor responde por isso, e haja alguns acórdãos do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, do TCE, dizendo que esse é um mecanismo perfeitamente legal, justo, e ele reconhece a questão do rateio de custo.

Dois, a própria Secretaria do Estado tem uma resolução, que eu não me lembro do número agora, a 116, que permite o rateio dentro de critérios técnicos.

O SR. EDMIR CHEDID – DEM – Doutor, eu não estou discutindo a questão. O que eu estou tentando entender é o seguinte, como é que podemos coibir que haja um conluio entre o contratante e o contratado, e que o contratado no caso é uma OS e que tenha mais de um serviço como os senhores tem, e que faz o tal do rateio, mas que o rateio não seja correto. É isso que eu quero que depois o senhor passe para nós, a experiência que os senhores têm. Porque queremos coibir, temos notícias de que o rateio é um advogado que rateia para todo mundo, mas não rateia nada, tem um advogado em cada lugar.

Por exemplo, eu estou citando aqui. Então é a experiência que os senhores têm que nós queremos ter o conhecimento e que encaminhem para nós aqui. Eu só queria saber, normalmente a lavanderia, portaria e segurança é tudo por contrato que os senhores fazem, é isso?

O SR. NACIME MANSUR – Deputado, ao longo do tempo tivemos de migrar para os contratos terceirizados nessa área. Por exemplo, lavanderia, tínhamos uma própria em várias unidades, em que se tinham os equipamentos e lavagem, ao longo do tempo, o Pirajussara é de 1998, e por volta de dez ou 12 anos depois as máquinas já estavam inservíveis e não haviam mecanismos do Estado para reinvestir naquela unidade. Tentamos de toda a forma que fosse feito e criada uma troca de equipamentos, e o estado não tinha recursos financeiros para fazer o investimento, então o senhor foi obrigado a buscar a terceirização e que tem vantagens e desvantagens.

Evidentemente se tem desvantagens. Como fazemos a contratação dessas empresas? Todas passam por um critério de entrega de documentos, é publicado em jornal, está aqui o processo, posso encaminhar...

O SR. EDMIR CHEDID – DEM – ... O senhor faz um chamamento, é isso.

O SR. NACIME MANSUR – Fazemos um chamamento. É feito um pregão eletrônico remoto, sem a questão presencial, temos todo um processo que segue.

O SR. EDMIR CHEDID – DEM – Os senhores têm um convênio com a Beck, alguma coisa assim?

O SR. NACIME MANSUR – Não temos, não é permitido que tenhamos.

O SR. EDMIR CHEDID – DEM – É próprio?

O SR. NACIME MANSUR – Comparamos os valores com a Beck. E como eu lhe falei, 60% ou 70% dos casos nós compramos melhor do que a Beck.

O SR. EDMIR CHEDID – DEM – Os senhores disseram de auditoria. Mas, os senhores pagam auditoria?

O SR. NACIME MANSUR – É obrigatório no contrato de gestão se ter uma auditoria, é uma das cláusulas do contrato de gestão, ter uma auditoria contábil e financeira sobre o balanço de cada unidade. Então cada uma tem um balanço auditado por uma auditoria externa, independente.

O SR. EDMIR CHEDID – DEM – Entendi. Pode mandar uma cópia desse contrato para termos conhecimento de como funciona, por favor? O contrato e o relatório.

O SR. NACIME MANSUR – Qual contrato deputado? O de auditoria? Ou o contrato de gestão?

O SR. EDMIR CHEDID – DEM – Com auditoria. E o relatório do resultado dessa auditoria para nós tomarmos conhecimento.

O SR. NACIME MANSUR – Ele é publicado, deputado.

O SR. EDMIR CHEDID – DEM – Mas, se o senhor puder encaminhar. Sabemos que muitas coisas estão no Portal da Transparência e são publicados, mas queremos ter toda essa documentação aqui na Assembleia Legislativa.

O SR. – Eu passo.

O SR. EDMIR CHEDID – DEM – Obrigado. Nobre deputado Barros Munhoz, eu me sinto satisfeito.

O SR. PRESIDENTE - BARROS MUNHOZ – PSB - Esclarecido.

O SR. EDMIR CHEDID – DEM – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - BARROS MUNHOZ – PSB - Então eu devolvo a Presidência a V. Exa. e solicito a palavra para fazer a minha intervenção.

* * *

- Assume a Presidência o Edmir Chedid.

* * *

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – Pois não. O nobre deputado Neder pediu, pela ordem...

O SR. BARROS MUNHOZ – PSB - ... Desculpe, eu faço a questão porque assim se conclui, eu vou partir para uma nova consideração.

O SR. CARLOS NEDER LULA – PT – Duas questões que ainda restaram. Os senhores conhecem uma empresa chamada M3 Serviços Médicos que atua na área de ortopedia e traumatologia? O contrato dela foi firmado e seria no valor de um milhão, 481 mil, 930 mil reais por ano. Isso implica no valor de remuneração superior a 15 mil e 500 reais por mês. Essa empresa teria dois médicos sócios e vinculados a Secretaria do Estado e da Saúde. A SPDM não tem conhecimento dessa situação?

O SR. – Não.

O SR. CARLOS NEDER LULA – PT – Então eu peço Sr. Presidente que a SPDM levante a situação da empresa contratada, M3, como já mencionei aqui. Os senhores conhecem o médico Dr. Henrique Proença? Todos nós médicos temos o direito a dois vínculos públicos, fomos a primeira categoria da área da saúde a conquistar esse direito, entretanto, uma questão de bom senso que esses vínculos não possam ser de quarenta horas semanais, que é impraticável um médico ter dois vínculos de 40 horas semanais.

Dr. Henrique Proença pelo que consta tem um vínculo de 40 horas semanais no Estado, e de 40 horas semanais na SPDM, no CEAC da Zona Leste, e não contente com isso ainda tem um vínculo de dez horas no Hospital do Rim da Unifesp. A SPDM tem conhecimento desse médico que trabalha 90 horas semanais tendo dois vínculos, um no Estado, outro na SPDM, e outro CEAC da Zona Leste?

Eu não teria essa informação disponível, mas, faço o compromisso público de ir atrás e responder ao deputado.

O SR. CARLOS NEDER LULA – PT – O senhor balançou a cabeça dizendo que conhece.

O SR. – A palavra Proença, eu confundi...

O SR. CARLOS NEDER LULA – PT – ... Dr. Henrique Proença, que atua no Hospital do Rim da Unifesp...

O SR. – ... Não, eu não...

O SR. CARLOS NEDER LULA – PT – ... E tem vínculos com a Secretaria do Estado, de 40 horas semanais e também com a SPDM de 40 horas semanais.

O SR. – Eu não...

O SR. – Deputado, como nós temos 15 mil médicos contratados, o que fazemos internamente? Nós buscamos no CNES se há alguma incompatibilidade ou algum exagero, extrapolação das horas contratadas. Se não estiver no CNES, é difícil, mas

colocamos todos os nossos médicos e suas cargas horárias no CNES. E ele cumpre com a sua carga horária, e isso eu posso garantir, porque toda as nossas unidades como os senhores perceberam, tem controle digital de ponto.

Eu vou ver se é possível, já que o senhor disse que ele tem um contrato em outro estado, pelo CNES verificar o outro estado. Eu acho que pelo CNES...

O SR. – ... Não é outro estado, falou do estado de São Paulo.

O SR. CARLOS NEDER LULA – PT – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – Pela ordem.

O SR. CARLOS NEDER LULA – PT – Sr. Presidente, em relação com essa empresa M3 Serviços Médicos, a SPDM recebe um valor amplo para prestar serviços à Secretaria do Estado e da Saúde na forma de contrato de gestão e, entretanto, ela delega essa empresa a supervisão e o controle do setor de ortopedia e traumatologia, gastando com essa empresa 15.500 reais por mês. Então, eu peço que seja levantando o contrato com essa empresa.

Por outro lado, nós mesmos poderíamos levantar a situação deste médico, e ocorre que eu acho que a SPDM e a Secretaria de Estado e da Saúde tem condições de nos oferecer não só a forma de contratação desse médico, eu já mencionei os vínculos, bem como um documento similar a esse assinado pelo Dr. Fukusato, e que diz respeito ao conhecimento de que ele está ferindo dispositivos do estatuto do funcionário público.

O SR. BARROS MUNHOZ – PSB – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – Pois não, nobre deputado. Por gentileza.

O SR. BARROS MUNHOZ – PSB – Posso iniciar? Eu queria dizer sinceramente que me sinto feliz em ter participado até agora dessa CPI, porque algumas coisas já ficaram evidenciadas, em primeiro lugar que é necessária uma nova legislação sobre as OSS no Estado de São Paulo, segundo lugar, que se tem coisas que precisam definitivamente serem erradicadas do relacionamento entre as OSS e seus colaboradores

e entre as OSS e o estado. Como, por exemplo, termos servidores da Secretaria da Saúde prestando serviços a OSS e o que não é permitido.

Isso é fácil de ser identificado. Como eu já disse, basta consultar o quadro dos servidores da Secretaria da Saúde que se sabe se a pessoa é servidora lá ou não. Se for, não pode participar. Em terceiro lugar são situações como essas do médico que tem é funcionário, se a data do contrato é depois que foi construída a CPI ou não, é fácil de saber, é só encaminhar todos esses contratos de adesão, compliance, para a CPI, aí veremos se tem mais que foram feitos assim ou não. Agora, sinceramente pessoal, estamos procurando pelo em ovo. Eu tenho o hábito de procurar saber e me informar para não cometer injustiças, eu sou meio estapafúrdio em um monte de coisas, tenho um monte de defeitos, mas, eu procuro ser justo porque eu já sofri muitas injustiças em minha vida, e nada dói mais do que a injustiça.

A dor mais terrível do mundo é a injustiça. Em segundo lugar é a ingratidão. Sofrer com ela. Então, eu ouvia falar da SPDM, e eu fui procurar quem é a SPDM. Quem são os membros. Nacime, eu fui conhecer a história da sua vida. Por isso, que eu falei de Cangaíba. Os senhores têm uma origem maravilhosa. Um trabalho dignificante. Todo o cidadão paulista e brasileiro deveria ser grato aos senhores. O Dr. Gilberto Natalini, um vereador brilhante, honesto, íntegro, trabalhador, sério, bem-intencionado, tomara Deus que todo o político fosse igual é o Gilberto Natalini, faz parte desse grupo.

Então assim como eu fui conhecer o Dr. Rugolo, que é nome do adjunto, eu fui procurar quem é, um homem sério, honesto, íntegro, competente. E assim como os senhores que dirigem essa organização social. E eu tenho a impressão de que estamos procurando pelo em ovo, porque meu Deus do céu, estamos aonde, na Inglaterra? Até parece que o serviço de saúde no Brasil funciona bem, só em São Paulo que funciona mal. No Rio de Janeiro é uma beleza. Uma maravilha. Lá não se tem roubos, não tem nada, é a coisa mais linda do mundo.

Em todos os estados brasileiros, meu Deus do céu, estamos é querendo combater o sistema que deu certo no Brasil, que é o sistema das OSS. Essa é a grande verdade, não estou dizendo que é o interesse de todos, mas que está implícito isso está. Querendo ficar pegando coisinhas, quiereras do que estamos fazendo. Meu Deus do céu, em qualquer lugar do mundo nós encontramos coisas muito maiores. Querem questionar que tem cinco advogados e o porquê contrata o Approbato Machado, com todo o respeito ao meu querido Presidente Edmir, mas, como nós nas prefeituras temos advogados...

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – ... O senhor me permite, Excelência?

O SR. BARROS MUNHOZ – PSB – Pois não.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – É que eu tenho a informação de que uma determinada OS, que todo mês tem um contrato com um advogado que não é um *Approbato*, de 200 mil reais por mês. É uma OS com um valor pequeno, Excelência.

O SR. BARROS MUNHOZ – PSB – Isso aí precisaríamos punir o Tribunal de Contas do Estado.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – Eu vou mostrar para Vossa Excelência.

O SR. BARROS MUNHOZ – PSB – Mas, precisamos punir o Tribunal de Contas do Estado que está deixando passar essas coisas, e que vai atrás de prefeitos, disso e daquilo, mas que não está indo atrás de outras coisas e que deveriam ir. E, que, de repente, eu ouço aqui e eu quando vejo o deputado Neder falar do Tribunal de Contas, eu falo, será que é o Carlos Neder mesmo que está falando ou é outro? Porque para eles o Tribunal de Contas não é nada. O Carlos Giannazi fala que é um puxadinho da Assembleia Legislativa. E do Palácio dos Bandeirantes.

E, de repente não, porque falou que se tem *quarteirização* e está certo o que o Tribunal falou. Mas, o pessoal do Tribunal fala tantas *asneiras*. Tanta *abobrinha* e *bobagem*, com todo o respeito. Então, pessoal, eu quero pedir desculpas aos senhores. Como deputado estadual de São Paulo, participando há 42 anos da política, e tendo sido três vezes prefeito da minha cidade, me empenhado a fundo, sofri como cachorro magro enfrentando problemas médicos da minha cidade.

A *máfia branca* que tomava conta do sistema de medicina da minha cidade, e que dominou a Santa Casa de Misericórdia, aliás, a grande maioria das Santas Casas de Misericórdia do Estado de São Paulo e do Brasil hoje não são nem santas e nem de misericórdia. Então quando se encontra um sistema que dá certo, 20 anos só. A Santa

Casa, como diz Geraldo Alckmin e gosto de falar, governador querido e se Deus quiser futuro Presidente, está sendo traído e apunhalado vergonhosamente.

Nossa senhora, se criaram umas cobras aí que coitado. Meu Deus do céu como está apanhando. Falei da dor da ingratidão, e, nossa senhora, até dá dó de ver o quanto esse homem está sofrendo de ingratidão na vida. Mas, é como ele sempre fala, “em 1553 foi criada a primeira Santa Casa do Brasil, lá em Santos, Brás Cubas”. Dá 565 anos, não é isso? Contra 20 de uma coisa que deu certo, e que está matando menos gente do que o resto do Brasil, e, qual é serviço de saúde e qual é o estado do Brasil que é melhor do que o de São Paulo? Que seja 10% do que é o serviço de saúde do estado de São Paulo, o que estamos querendo? Vamos atacar os problemas que existem em nosso estado.

Vamos nas feridas que existem em nosso estado e essa CPI foi. E tomara Deus que continue indo. Mas, pelo amor de Deus, o que pegou não sei o que, e Bastião da Silva que quebrou o dedão, ou queimou, está com a unha do pé esquerdo preta, o que aconteceu e o porquê não foi não sei aonde. Meu Deus do céu, um serviço de extensão do estado de São Paulo. Então eu quero pedir desculpas aos senhores, em meu nome, e quero dizer que os senhores merecem toda a confiança, e, que eu tenho muito orgulho dos senhores. Tomara Deus tivesse mais pessoas como os senhores, que estivessem preocupados em fazer saúde pública.

Como eu vi médicos lá em Itapira, e, que aliás, eu ouço falar assim que tem médicos que tem 90 horas e eu não vou falar a cidade. Mas, eu conheço cidades que tem médicos que tem 300 horas de serviço por semana. Na nossa região mesmo tem, Dr. Edmir. Depois eu vou falar pessoalmente com o senhor e vou citar os médicos de Itapira. É de Socorro, Lindóia, Águas de Lindóia, Jacutinga, em que trabalham em mais ou menos 15 prefeituras, dá umas 300 horas por semana mais ou menos.

Então eu não estou defendendo o erro, mas eu estou dizendo que temos de coibir as coisas com critérios, com justiça, procurar apurar e sabendo o que estamos fazendo, porque a missão nobre e que inspirou essa CPI e que eu não tenho dúvida. Conheço o deputado Neder, temos divergências políticas, partidárias e ideológicas, mas eu o respeito profundamente, se há um deputado que merece respeito dentro dessa Casa é o deputado Neder.

Sei que ele faz com seriedade. Agora, às vezes somos levados a exageros. Essa questão dos advogados, por exemplo, quantas vezes, nós, deputado Edmir nós que temos contratos com as prefeituras precisávamos indicar advogados além dos quadros e,

o Tribunal não permite isso, fora dos quadros para se defender os prefeitos. Aliás, para defender junto ao Tribunal de Contas, os advogados próprios das prefeituras não têm a qualificação necessária.

Tem grandes escritórios especializados nisso. Então eu não quero me exagerar e adiantar mais, quero até pedir desculpas a uma manifestação bastante intempestiva, mas eu vou morrer em paz. E eu sou um político que fala o que pensa e faço o que falo. Então eu tenho lutado ao longo da minha vida, sofri inúmeros processos, sofri com uma oposição política maldosa, sofri barbaridades por defender saúde pública no Brasil. E duvido que exista um serviço municipal de saúde melhor do que o de Itapira. Serviço que eu criei a duras penas, e que está lá funcionando graças a Deus até hoje. Então é isso que eu defendo, não dá para ficarmos discutindo o sexo dos anjos, e enquanto as pessoas morrem.

Ontem eu estive em Espírito Santo e fui visitar o posto de pronto-atendimento do município que funciona na Santa Casa, que é o Hospital Francisco Rosa, eu consegui uma verba de 700 mil reais com o nosso querido David Uip, e, lá está sendo reformado, está sendo a coisa mais linda do mundo. Fui lá há seis meses atrás, e se vê agora e se emociona. Senhoras se abraçando, “muito obrigado pelo senhor ter ajudado o nosso município a melhorar o atendimento de saúde”.

Dois vereadores que estavam comigo entraram na sala de espera, e meu Deus do céu, quase foram massacrados. Porque o pessoal estava revoltado com o atendimento que estava recebendo lá? Não, porque queriam o atendimento nos demais postos de saúde da prefeitura, porque faltam médicos, falta isso e aquilo, é o inferno brasileiro, que os senhores conhecem a história. Aqui também o serviço de saúde nosso quando não faltam médicos, faltam remédios.

Quando faltam remédios, tem médicos e faltam enfermeiros. Quando tem enfermeiros faltam remédios e assim por diante. Pessoal, Deus abençoe e que os senhores não desanimem, tudo isso aqui vai terminar bem, vai valer a pena a Comissão e vamos expurgar os exageros que estamos cometendo e vamos reconhecer o trabalho sério e honesto. Eu fiquei muito honrado em conhecer sua história Dr. Nacime.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – Obrigado, deputado Barros Munhoz.

O SR. CARLOS NEDER LULA – PT – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – Pela ordem, deputado Neder.

O SR. CARLOS NEDER LULA – PT – Apenas muito rapidamente, mas hoje eu tentei aprovar como em reuniões anteriores a vinda do Dr. David Uip, ex-secretário de saúde, a vinda do atual secretário municipal de saúde, o Dr. Wilson Modesto Pollara, e a vinda do Dr. Márcio Cidade Gomes, que hoje está na direção do IAMSPE, e tem um histórico na Secretaria do Estado e da Saúde em relação aos contratos de gestão. A direção da Santa Casa de Misericórdia de Birigui, e também o Dr. Cleudson Garcia Montali, que representa essa Santa Casa de Birigui na relação com os municípios da grande São Paulo e, infelizmente, eu não tenho conseguido aprovar esses requerimentos, são pessoas extremamente importantes para que nós entendamos porque esse ex-diretor do departamento regional de saúde de Araçatuba circula com tanta desenvoltura em São Vicente, em Praia Grande, e em outros municípios da grande São Paulo e falando em nome de quem.

Mas, não foi possível até o momento. Segundo o comentário que eu gostaria de fazer, diz respeito a esse comunicado, SDG016, de 2018, do Tribunal de Contas do Estado. Em que ele comunica que as OSS têm que cumprir com determinadas obrigações. Inclusive dar transparência aos valores praticados em relação aos seus colaboradores. Sr. Presidente, V. Exa. fez uma pergunta bastante pertinente. Se o teto salarial em São Paulo é respeitado nas OSS, seja o teto anterior que era o salário e a remuneração do governador, ou o atual que decorre da aprovação da PEC 05, e, que, portanto, é referenciado na remuneração dos desembargadores.

E aqui foi dito que há um problema, porque esses profissionais trabalham há muitos anos, tem vantagens acumuladas, lembrando que nós, os deputados estaduais ganhamos líquido algo em torno de 16 ou 17 mil reais, e temos a informação de dirigentes das OSS ganhando acima de 30 mil reais. Portanto, acima da remuneração do governador e acima inclusive do novo teto definido pela PEC 05. Então, eu quero informar a V. Exa. e aos membros da CPI que eu vou propor um requerimento para que os membros da CPI ingressem em juízo para termos acesso as informações que estão sendo negadas aos membros da CPI.

Eu já informei aqui que quando fui vereador foi exatamente com uma autorização do Poder Judiciário e que eu pude saber quanto ganhavam os agentes

comunitários em cada uma das entidades parcerias. E entendo que a única maneira de sabermos o quanto efetivamente cada dirigente recebe e é uma decisão do Poder Judiciário. Se, eventualmente, a CPI entender que não deve agir dessa maneira não é nenhuma descortesia da minha parte, mas eu já informo que eu ingressarei em juízo caso a decisão da CPI seja de não acionar o Poder Judiciário.

O SR. BARROS MUNHOZ – PSB – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – Pela ordem, nobre deputado Barros Munhoz.

O SR. BARROS MUNHOZ – PSB – Apenas um esclarecimento. Na questão do Dr. David Uip, e eu pedi realmente as vistas, porque na questão... Foram duas condições em que ele foi, e na próxima semana sem dúvida alguma trarei a solução. Nunca criei nenhum obstáculo, absolutamente para quem quer que fosse convidado. Agora, a questão que foi me dada do teto foi suficiente esclarecedora, meu Deus do céu, quanta gente comete erros muito maiores, e basta enviar a relação, e eu concordo deputado Neder, de pedir que se publique, que se defina, eu concordo plenamente.

E concordo também que tenha que se respeitar o teto, sem dúvida alguma. Então o que eu acho e que eu quero chamar a atenção é que essa CPI está funcionando hoje há bastante tempo e eu posso precisar, mais de uma hora, e sem quórum. Está o Presidente, V. Exa. e está aqui o meu querido companheiro Roberto Moraes que veio aqui render o Davi Zaia e eu. Nós dois do governo.

O que quer dizer que temos o interesse. Não estamos contra a CPI, pelo contrário, aliás, eu tenho enaltecido e falei, mencionei quais são. Agora, eu sou contra, realmente, os excessos e sou contra, sobretudo, o desvirtuamento, que essa CPI produz os seus resultados esperados e necessários. Mas que não risque um trabalho sério, digno, competente de uma equipe que merece o nosso respeito, bem ao contrário de tantas outras que existem em nosso país.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID – DEM – Muito bem. Já que o nobre deputado constata não haver mais quórum, dou por encerrada a presente sessão. Obrigado.

* * *